

**ATA N.º 03/2026**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 29 de abril de 2026.-----

----- Aos 29 dias do mês de abril de 2026, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de voto de louvor e reconhecimento ao Clube União Vilanovense, pelo seu Centenário;-----
- 3 - Constituição do Conselho Municipal de Educação / Quadriénio 2025/2029;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia para Acolher provisoriamente a Unidade de Saúde de Ançã;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cantanhede / Passagem de Ano 2025/2026;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Fornecimento de mobiliário para o Centro Cívico de Ourentã;-
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de roçadora e corta relvas;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Fornecimento e Substituição da Porta Principal do Jardim de Infância da Sanguinheira;-----

- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de máquinas e ferramentas;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo de Corticeiro de Cima- 2.ª Fase;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de atribuição de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede / Atribuição de Apoios diversos às freguesias 2026;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação da Câmara Municipal de 03/12/2025/ Atribuição de subsídio à Freguesia de Pocariça / Postos de Enfermagem;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã, à Freguesia de Ourentã, à Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia de Pocariça e à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Postos de Enfermagem / Outubro, novembro e dezembro 2025 e janeiro, fevereiro e março 2026;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho de Cantanhede – Ano 2025;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios em géneros à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Polidesportivo de Cordinhã;----
- 17** - Apreciação, discussão e votação de Desafetação do Domínio Público e permuta de terrenos/ Largo Pedro Teixeira e Travessa dos Bombeiros em Cantanhede / Proc. N.º 7/2025 / Jesus Marques - Imobiliária, Lda.;-----



18 - Declaração de adaptação à 3.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede / Classificação da Casa da Cumieira como imóvel de interesse municipal / Para conhecimento;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Cantanhede a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a GNR;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Ançã a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a GNR;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para a cessão da posição contratual – Contrato n.º 83/2025 / Concessão da Exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede / Requerentes: Rosto do Sucesso, Lda. (Cedente) e Chic Number, Lda. (Cessionário) / Alterações das condições da Concessão;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de assunção do compromisso plurianual do concurso público para: “Prestação de Serviços para a certificação legal de contas do Município de Cantanhede” – CP-CCP-ABS n.º 14/2026;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Individuais e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2025;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas tendo justificado as faltas do Sr. Primeiro Secretario José Maria Maia Gomes, por motivos pessoais, que foi substituído pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares, da Sr.^a Amélia Filomena Oliveira Mendes Castilho, por motivos profissionais, que foi substituída pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro, do Sr. Luís Miguel Roça de Vasconcelos Mota, por motivos pessoais, sendo substituído pelo Sr. Ulisses da Cruz Gonçalves Salvador, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, Sr. José Manuel Gomes da Cruz, por motivos pessoais, tendo sido substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia, Sr.^a Maria da Conceição Marques de Oliveira Nogueira.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- Encontrando-se ausente o Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, convidou a Sr.^a Aidil Machado para integrar a Mesa da Assembleia, pelo que, com a anuência de todos os presentes, ficou a mesma constituída pelo próprio enquanto Presidente da Mesa, a Sr.^a Aidil Machado como Primeira Secretária e a Sr.^a Maria do Carmo Cantarinho como Segunda Secretária.---

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2026, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2026.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 02/2026, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2026, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 26 de fevereiro de 2026 a 28 de abril de 2026, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou ainda para informar que tinha solicitado aos serviços, em articulação com o Dr. José Negrão, uma reflexão sobre a estrutura futura das ordens de trabalhos das reuniões da Assembleia Municipal. Referiu que, embora tal não tenha sido prática seguida até ao momento, considera mais adequado que a agenda passe a incluir expressamente, como primeiros pontos, a aprovação da ata da sessão anterior ou das sessões anteriores e o período antes da ordem do dia, passando a apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara a constar como ponto subsequente da ordem de trabalhos, permitindo que a estrutura formal da agenda reflita de forma mais fiel a sequência efetivamente seguida durante as reuniões. Acrescentou que esta sugestão foi transmitida aos serviços competentes, manifestando a expectativa de que venha a ser adotada em futuras convocatórias da Assembleia Municipal, por considerar que contribui para uma maior clareza e correspondência entre a agenda e o desenvolvimento dos trabalhos.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Sr.ª Secretária da Junta de Freguesia de Tocha, Maria da Conceição Nogueira, a qual, após cumprimentar todos os presentes, colocou duas questões: - Qual o ponto de situação da reabilitação da marginal da Praia da Tocha? Em que fase se encontra a reabilitação dos palheiros da Associação de Moradores da Praia da Tocha?-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Guilherme Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, efetuou uma intervenção do seguinte teor: *"A habitação é hoje um dos principais problemas do nosso país, e o concelho de Cantanhede não está imune a essa realidade. Mas é importante sermos claros sobre a dimensão deste problema. Já não estamos apenas a falar de habitação social. Estamos, cada vez mais, a falar de acesso à habitação em*

geral. A habitação social continua a ser essencial para responder às situações de maior vulnerabilidade. Mas a realidade mudou. Hoje, há uma parte significativa da população, jovens trabalhadores, casais em início de vida, famílias de classe média, que não consegue aceder ao mercado de habitação, mas também não se enquadra nos critérios da habitação social. É precisamente nesta zona intermédia que existe um vazio evidente nas políticas públicas. E é aqui que o papel das autarquias se torna determinante. Um número crescente de municípios tem vindo a assumir essa responsabilidade, através de programas municipais de arrendamento acessível, da reabilitação de imóveis para colocação no mercado a preços controlados, e do investimento direto no aumento da oferta habitacional. Perante este contexto, importa olhar para Cantanhede. O Município dispõe de uma Estratégia Local de Habitação, enquadrada no programa 1.º Direito, em articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. No entanto, essa estratégia está sobretudo orientada para respostas de habitação social, dirigidas a agregados em situação de maior carência. E a questão que se coloca é simples: onde está a resposta para a habitação acessível? Até ao momento, não é evidente a existência de uma política municipal estruturada que responda a esta faixa da população que enfrenta dificuldades reais de acesso à habitação. E isso não é apenas uma questão técnica. É uma opção política. Estamos em abril de 2026. O orçamento foi aprovado em dezembro de 2025. Já não estamos a discutir intenções, estamos a avaliar execução e prioridades. Num orçamento superior a 61 milhões de euros, com capacidade significativa de investimento, qual é o lugar da habitação? E, dentro desta, que espaço é dado à habitação acessível? É neste sentido que deixo ao executivo um conjunto de questões concretas: Quantas soluções de habitação social foram já concretizadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação? Quantas estão atualmente em execução e quais os

prazos previstos para a sua conclusão? Quantas famílias continuam identificadas em situação de carência habitacional no concelho? E, em paralelo, que instrumentos existem, ou estão previstos, para promover habitação acessível em Cantanhede? Existe algum programa municipal de arrendamento acessível? Está prevista a aquisição ou reabilitação de imóveis para disponibilização a preços controlados? Qual é o investimento municipal direto previsto, em 2026, para habitação social e para habitação acessível? E existe uma meta concreta para o aumento da oferta habitacional até ao final do mandato? Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política de habitação não pode limitar-se à resposta mínima para os mais vulneráveis. Tem de responder também à classe média, aos jovens, a quem trabalha e, ainda assim, não consegue aceder a uma casa. O que esta Assembleia precisa de perceber é se o Município está preparado para responder a este desafio de forma abrangente, ou se continuará focado apenas numa parte do problema. Porque não responder hoje à habitação acessível é garantir um problema maior amanhã.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. António Casqueiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: “Venho hoje nesta Assembleia para abordar um tema que é estruturante para o presente e determinante para o futuro do nosso concelho, a educação. Vivemos tempo de profunda transformação no sistema educativo, mudanças rápidas, complexas e muitas vezes exigentes para todos os intervenientes e é precisamente sobre essas mudanças que importa refletir, com sentido de responsabilidade e visão estratégica. Em primeiro lugar importa destacar uma realidade que tem vindo a marcar de forma muito significativa as nossas escolas, o aumento de números de alunos imigrantes. Este fenómeno que reflete dinâmicas globais e também a atratividade do

nosso território, traz consigo uma enorme riqueza cultural, social e humana. No entanto coloca também desafios concretos, as escolas são hoje espaços cada vez mais diversos onde coexistem diferentes línguas, culturas e percursos de vida. Esta diversidade exige respostas educativas adequadas, recursos reforçados e estratégias de integração eficazes sob pena de deixarmos alunos para trás. Mas esta nova realidade traz também um paradoxo que não podemos ignorar, há poucos anos o nosso concelho enfrentava uma quebra significativa do número de alunos. Esta tendência levou ao encerramento de várias escolas do 1º ciclo numa lógica de racionalização da rede escolar. À data essas decisões pareciam ajustadas à realidade demográfica. Hoje, porém, assistimos um cenário inverso, o aumento do número de alunos em grande parte impulsionado pela chegada de famílias vindas de outros países, está a colocar pressão sobre os estabelecimentos de ensino que permanecem em funcionamento. Em algumas situações a capacidade instalada começa a revelar-se insuficiente para dar resposta às necessidades atuais, como são exemplo as escolas do 1º ciclo de Cantanhede. Perante este novo contexto, é legítimo e necessário repensar a rede escolar. Talvez tenha chegado o momento de equacionar a reabertura de algumas escolas que foram, entretanto, desativadas, adaptando às exigências de hoje. Temos já exemplos concretos que demonstram essa possibilidade, como a antiga escola do 1º ciclo de Póvoa da Lomba que vai encontrar uma nova vida ao ser reativada como Jardim de Infância. Este tipo de soluções mostra que com visão e planeamento, é possível responder aos desafios atuais, valorizando infraestruturas existentes. Importa também sublinhar que a autarquia de Cantanhede tem estado atenta a essas dinâmicas e tem desenvolvido um trabalho relevante no sentido de minimizar os impactos destes desafios, seja na adaptação de espaços educativos, no apoio às escolas, na procura de soluções para acolher melhor todos



os alunos. É justo reconhecer o esforço e o compromisso demonstrados. A este propósito merecem igualmente destaque o investimento realizado na requalificação e modernização da Escola Secundária Lima de Faria e da Escola Básica do Marquês de Marialva, no âmbito do plano de recuperação e resiliência. Estas intervenções são fundamentais para garantir melhores condições de ensino e aprendizagem, adequadas às exigências atuais e demonstram uma aposta clara na qualidade da educação no concelho. Outro dos grandes desafios que enfrentamos é a falta de professores. Importa dizer com clareza que esta realidade não surgiu de forma inesperada, foi durante anos alertada para quem estava no terreno, que foram sucessivamente chamados à atenção para o envelhecimento da classe docente, para a falta de atratividade da profissão e para o risco de escassez de professores. Infelizmente muitos destes alertas foram ignorados pelos sucessivos governos, adiando soluções e contribuir para o cenário que hoje enfrentamos. Esta escassez compromete a estabilidade das aprendizagens, afeta a continuidade pedagógica e coloca pressão adicional sobre os profissionais que permanecem no sistema. É urgente valorizar a carreira docente, tornar a profissão mais atrativa e criar condições para fixar professores no futuro. Não podemos também ignorar as crescentes exigências da educação inclusiva. A escola de hoje é e bem uma escola para todos, mas essa ambição traz consigo responsabilidades acrescidas. Destaco em particular o aumento significativo do número de alunos com perturbações do espectro do autismo. Estes alunos necessitam de acompanhamento especializado, de técnicos qualificados, de turmas com dimensão adequada e de condições físicas e pedagógicas ajustadas. Sem estes meios, o risco é termos uma eclosão apenas formal que não responde verdadeiramente às necessidades de cada criança. Neste contexto a Carta Educativa de Cantanhede assume um papel central. Este

instrumento deve ser mais que um documento técnico, deve ser um verdadeiro guia estratégico para o desenvolvimento educativo do concelho. É fundamental que a carta educativa reflita estas novas realidades, o crescimento da população escolar, a diversidade cultural, a necessidade de reforço de recursos humanos, e muito particularmente a reavaliação da rede escolar à luz desta inversão demográfica que estamos a viver. Senhoras e senhores, a educação não pode ser vista como uma despesa, é um investimento, o investimento no futuro coletivo, na coesão social, na equidade de oportunidades e no desenvolvimento sustentável do nosso território. Cabe-nos enquanto decisores e representantes públicos, garantir que nenhuma criança fica para trás, que todas têm acesso a uma educação de qualidade, independentemente da sua origem, das suas condições ou das suas necessidades específicas. Cantanhede tem tradição, tem capacidade e tem uma autarquia pautada por ter visão, planeamento e ação, e é isso que hoje aqui se exige, compromissos com a educação, com os nossos jovens e com o futuro do concelho.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, antes de conceder a palavra ao Sr. Pedro Marques, informou que, por lapso, não havia anteriormente abordado a questão relativa à transmissão das sessões da Assembleia Municipal e o respetivo Regulamento, assunto que se havia comprometido trazer à sessão. Referiu ter discutido o tema com as três bancadas representadas na Assembleia Municipal, tendo sido alcançado consenso quanto à interpretação do disposto no artigo 3.º, n.º 6, do Regulamento “*em que proíbe qualquer outra transmissão de áudio e vídeo das sessões sem autorização prévia e expressa da Mesa da Assembleia Municipal.*”. Esclareceu que, não obstante a redação literal da norma, foi entendimento comum que a mesma não deveria ser objeto de uma interpretação excessivamente restritiva, à semelhança do que sucede noutras instituições, designadamente na Assembleia da

República. Assim, ficou entendido que a captação e posterior retransmissão de imagem e som das intervenções poderá ocorrer, desde que sejam integralmente respeitadas as disposições do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, cabendo a responsabilidade dessa retransmissão a quem a efetuar. Sublinhou que não poderão ser divulgadas imagens ou sons de terceiros sem a respetiva autorização prévia. Mais referiu tratar-se de uma lógica de corresponsabilização entre a Assembleia Municipal, em particular a respetiva Mesa, e os intervenientes que procedam à retransmissão dos conteúdos, apelando ao cumprimento rigoroso das normas de proteção de dados. Concluiu informando que este entendimento reuniu o consenso de todos os presentes.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes, referiu, em primeiro lugar, diversos problemas relacionados com infraestruturas municipais, começando pelo parque de estacionamento subterrâneo do Centro Comercial Rossio, o qual considerou se encontrar em elevado estado de degradação, com infiltrações, zonas alagadas, estruturas deterioradas e viaturas abandonadas, defendendo a necessidade de uma intervenção urgente, designadamente através de obras de impermeabilização. De seguida, abordou o Pavilhão Gimnodesportivo de Sepins, alertando para alegadas falhas de segurança, nomeadamente, quadros elétricos expostos, ausência de vidros em janelas e cablagem acessível, considerando tratar-se de uma situação que carece de resolução imediata por razões de segurança. Abordou ainda o Complexo Desportivo de Sepins, referindo problemas relacionados com o sistema de saneamento e a ligação a fossa séptica, com alegadas situações de extravasamento de resíduos, considerando tratar-se de uma questão de higiene, saúde pública e dignidade das instalações, defendendo a ligação à rede de

saneamento. No âmbito de uma iniciativa municipal intitulada *“pontas soltas na imigração, arrendar com segurança”*, questionou a sua focalização na comunidade migrante, defendendo que a mesma deveria abranger todos os munícipes, por se tratar de matérias transversais relacionadas com o arrendamento e os direitos dos inquilinos, apelando a que futuras ações fossem dirigidas à generalidade da população. De seguida, teceu considerações sobre o relatório de avaliação anual do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, manifestando preocupações quanto a alguns dos seus conteúdos, designadamente no que respeita à gestão de conflitos de interesses, à utilização de ajustes diretos e à existência de ligações familiares em determinados serviços, defendendo o reforço dos mecanismos de controlo interno e do cumprimento das normas legais aplicáveis. Por fim, abordou o monumento evocativo do 25 de Abril, questionando o valor da sua adjudicação, os critérios de fixação do preço e a respetiva fundamentação, solicitando esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados, sublinhando tratar-se de uma questão de transparência e rigor na gestão pública, sem pôr em causa a importância simbólica da obra ou do 25 de Abril.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à intervenção da representante da Junta de Freguesia da Tocha, esclareceu que as obras dos palheiros situados à entrada da Praia da Tocha já se encontram adjudicadas e consignadas, reconhecendo existir algum atraso na sua execução, situação que considerou indesejável, sobretudo tendo em conta a proximidade da época balnear. Referiu que a empresa responsável pela obra era sediada em Ourém, admitindo que a elevada carga de trabalho naquela região pudesse estar a contribuir para o atraso. Informou ainda que o Departamento de

Obras Municipais já havia insistido junto da empresa para o avanço dos trabalhos. Acrescentou que seria necessário remover o material atualmente armazenado nos palheiros, pertencente à Associação local, estando prevista a colocação de um contentor para o efeito. Indicou que um dos palheiros poderia avançar de imediato e ficar concluído antes da época balnear, sendo intenção do Município evitar obras durante o período principal de utilização da praia. Caso não fosse possível concluir ambos os palheiros em simultâneo, um deles seria retomado em setembro, embora sublinhasse tratar-se apenas de uma solução de último recurso. Reiterou que o objetivo do Município era garantir a conclusão célere das obras e assegurar as melhores condições possíveis naquele espaço. Quanto à requalificação da marginal da Praia da Tocha, explicou que o processo sofreu atrasos devido à necessidade de obtenção de pareceres e autorizações de diversas entidades, em particular da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Referiu que, após análise do projeto, a APA determinou a substituição de alguns materiais inicialmente previstos, por madeira, obrigando à reformulação do projeto pela Divisão de Estudos e Projetos. Informou que, o projeto se encontrava agora aprovado e que a empreitada seria lançada com o objetivo de iniciar a obra no final da época balnear, previsivelmente no início de setembro. Explicou ainda que a intervenção seria executada por fases, começando no extremo sul da marginal, junto aos limites da Figueira da Foz, avançando posteriormente para o restante percurso. Respondendo à intervenção do Sr. Guilherme Santos, relativa à habitação, reconheceu que constituía um problema nacional e também municipal. Informou que, ao nível do investimento privado, se verificava atualmente uma forte dinâmica na área da habitação, encontrando-se em apreciação projetos que totalizavam cerca de 400 intervenções habitacionais. Referiu igualmente que o Município de Cantanhede se encontrava numa fase avançada da

elaboração da Carta Municipal de Habitação, documento que seria submetido à próxima reunião de Câmara. Informou ainda que o Sr. Vereador responsável pelo pelouro terá, no início do mês de maio, uma reunião com o Presidente do IHRU, com vista ao esclarecimento de diversas questões relacionadas com habitação e arrendamento acessível. Relativamente ao programa “1.º Direito”, esclareceu que o Município já havia desenvolvido várias intervenções, nomeadamente a recuperação do Bairro Vicentino, através de protocolo celebrado com a Igreja, considerando tratar-se de um caso de sucesso. Informou ainda que estavam previstas intervenções no âmbito dos beneficiários diretos, envolvendo um investimento superior a 307 mil euros, encontrando-se já em preparação novas reabilitações em diferentes freguesias e que o investimento global previsto na área da habitação ascendia a mais de 2,2 milhões de euros. No que respeita ao arrendamento acessível, referiu que o investimento previsto ultrapassava os 5,6 milhões de euros, destacando a aquisição de um imóvel pelo IHRU, adaptável a (3 fogos), na Rua António José de Almeida, no valor de superior a 302 mil euros. Informou ainda, da existência de prédios destinados à habitação, objeto de transferência do Estado para o Município, nomeadamente, na localidade de Lemedo, já submetidas à ESTAMO, correspondentes a 5 fogos num valor superior a 600 mil euros. Referiu igualmente o processo de transferência do Bairro Habitacional Rovisco Pais para o Município, de 24 fogos no valor superior a 1.800.000,00€, encontrando-se o mesmo dependente de autorização da Unidade Local de Saúde de Coimbra, e a existência da aquisição por parte do IHRU no valor de 1.370.000,00€ que dará para 24 fogos, na Rua Marquês de Pombal em Cantanhede. Acrescentou ainda que, o Município se encontra a desenvolver um projeto conjunto com os Municípios de Mira e Vagos, e posteriormente também com a Comunidade Intermunicipal, tendo em vista a valorização e recuperação da Casa



Gandaresa, incluindo a possibilidade de reconversão de algumas habitações em arrendamento acessível. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. António Casqueiro, sobre educação, informou que o Município se encontra a acompanhar de perto o aumento do número de alunos, motivado também pela chegada de residentes estrangeiros. Referiu que as obras do Jardim de Infância da Póvoa da Lomba já se encontram em execução, prevendo-se a sua conclusão em setembro. Informou igualmente que está prestes a ser lançada a empreitada de ampliação da Escola e Jardim de Infância da Tocha. Acrescentou que o Município pondera futuramente a necessidade de reativar a discussão sobre um novo Centro Escolar na cidade de Cantanhede. Informou ainda sobre o estado das obras nas Escolas Marquês de Marialva e Lima-de-Faria, bem como sobre as candidaturas relativas à EB 2,3 da Tocha e de Febres. Sublinhou que o objetivo do Município é a requalificação total do Parque Escolar do concelho. Informou ainda que vão ser iniciadas intervenções na Escola de São Caetano e na Escola de Covões e pontualmente em outras escolas com necessidades. Respondendo ao Sr. Pedro Marques, relativamente às infraestruturas municipais e estacionamento, informou que o Município havia adquirido um terreno junto à Rua Primeiro de Maio, onde seria construída uma rotunda e instalados carregadores elétricos. Referiu igualmente a ampliação de uma zona de estacionamento junto à estrada para Outil, através de trabalhos de terraplanagem e melhoria do pavimento. Quanto ao parque de estacionamento referido, reconheceu a existência de alguns problemas, nomeadamente, infiltrações, embora considerasse excessiva a expressão “estado lastimável”. Garantiu que a requalificação daquele espaço se encontra a ser equacionada. Sobre o Pavilhão Gimnodesportivo de Sepins, esclareceu que o equipamento não é propriedade municipal, mas sim da Junta de Freguesia e da Associação local. Ainda assim, sublinhou que o Município tem apoiado

financeiramente diversas intervenções naquele espaço, à semelhança do que acontece em vários equipamentos desportivos do concelho, tendo no último mandato ultrapassado os 10.000.000,00€ de investimento na área desportiva por parte do Município. Reconheceu a existência de eventuais problemas relacionados com esgotos, afirmou que o Município se encontra disponível para colaborar na sua resolução. Relativamente às questões relacionadas com imigração, indicou que a Sr.^a Vereadora, Célia Simões, poderia posteriormente prestar esclarecimentos adicionais. No que respeita ao plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, nomeadamente, às referências feitas acerca de relações familiares no Departamento de Urbanismo, considerou não existir incompatibilidade pelo simples facto de marido e mulher trabalharem no mesmo serviço, desde que não existissem relações hierárquicas diretas. Ainda assim, admitiu que, futuramente, poderá ser ponderada a colocação de trabalhadores com ligações familiares em serviços distintos, sempre que tal seja possível e adequado às respetivas qualificações. Sobre os ajustes diretos, defendeu a seriedade e competência dos serviços municipais, salientando que todos os procedimentos são monitorizados e realizados em conformidade com a lei. Acrescentou que aquele mecanismo permite, em muitos casos, maior celeridade nos processos administrativos. Manifestou ainda total disponibilidade para facultar a consulta da documentação relativa aos procedimentos realizados. Por fim, relativamente ao Monumento ao 25 de Abril, recordou que a ideia foi lançada pelo Sr. Abel Carapeto, e a iniciativa havia sido discutida e validada por todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal no mandato anterior. Considerou que a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril justificava uma homenagem com dignidade e relevo artístico, justificando a escolha do escultor Alves André pela sua reconhecida qualidade nacional e internacional. Referiu ainda que os custos da obra se



encontravam devidamente discriminados e associados não apenas ao trabalho artístico, mas também aos materiais e à execução técnica da estrutura, podendo disponibilizar toda a documentação para análise.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, a palavra à Sr.ª Vereadora, Enf.ª Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu sentir-se lisonjeada pelo facto das notícias e dos temas divulgados pelo Município estarem a ser acompanhados e reconhecidos, considerando positiva a referência feita pelo Sr. Pedro Marques à questão em causa. Esclareceu que, no âmbito da Semana da Interculturalidade, o Município procurou levar à população temas considerados pertinentes, quer através das iniciativas de descentralização no território, quer através da realização de sessões de esclarecimento dirigidas às necessidades manifestadas pelos cidadãos. Indicou que o tema referido foi precisamente um dos assuntos identificados pela população como carecendo de maior esclarecimento, motivo pelo qual o Dr. João Pedro Lopes se disponibilizou para realizar a respetiva sessão, iniciativa que foi concretizada com grande disponibilidade e bem acolhida pelos participantes. Sublinhou que o evento foi aberto a toda a população, facto que, segundo referiu, constava expressamente, quer na convocatória, quer na nota de imprensa divulgada, sendo dirigido tanto a cidadãos nacionais como estrangeiros. Acrescentou ainda que participaram inclusivamente profissionais do ramo imobiliário do concelho, o que considerou uma mais-valia para o debate e partilha de ideias relativamente às questões abordadas. Concluiu afirmando que o Município pretende continuar a promover aquele tipo de iniciativas, considerando que o aumento da informação e do conhecimento permite às pessoas tomar decisões mais esclarecidas e agir com maior segurança perante diferentes situações.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de novo a palavra ao Sr.

Pedro Marques, o qual, começou por agradecer os esclarecimentos prestados pela Sr.^a Vereadora, Célia Simões, relativamente à sessão realizada no âmbito da Semana da Interculturalidade. Referiu que a sua interpretação decorreu do próprio título atribuído à iniciativa, onde se fazia referência às *“pontas soltas da imigração”*, considerando que tal poderia levar quem não esteve presente, como era o seu caso, a concluir que a sessão seria especificamente direcionada para a comunidade migrante. Manifestou, contudo, satisfação pelo esclarecimento de que o evento foi aberto a toda a população e expressou o desejo de que assim continue a acontecer no futuro. Relativamente ao Monumento ao 25 de Abril, esclareceu que nunca esteve em causa, da sua parte, a importância da obra nem o significado histórico da data assinalada. Referiu que a sua questão incidia exclusivamente sobre o processo de definição do valor da obra. Considerou que a resposta da Sr.^a Presidente da Câmara se centrou sobretudo na relevância histórica do acontecimento e no simbolismo associado ao fim do regime fascista e ditatorial, sublinhando, no entanto, que concordava plenamente com a necessidade de assinalar aquela data. Acrescentou que a sua dúvida era concreta e dizia respeito à forma como foi determinado o valor atribuído à obra. Referiu que a Senhora Presidente mencionara que os custos apresentados correspondiam aos materiais e serviços fornecidos pelas diversas entidades envolvidas, mas observou que o valor global teria sido previamente definido antes da execução da obra. Nesse sentido, reiterou a questão relativa à consulta ao mercado no âmbito do procedimento referente ao Monumento ao 25 de Abril, esclarecendo que a sua intervenção se baseava na análise das peças do procedimento. Referiu que, de acordo com a documentação, *“o preço foi definido com base noutros procedimentos concursais realizados no concelho”*. Acrescentou que, não conhecendo no concelho nenhuma estrutura semelhante à do monumento em

causa, considerava legítimo questionar de que forma o executivo municipal tinha definido previamente aquele valor antes de proceder à consulta ao operador económico a quem viria posteriormente a ser adjudicada a obra. Relativamente ao próprio monumento, afirmou que a sua posição não incidia sobre a necessidade de assinalar a data histórica, reconhecendo inclusivamente a existência de outros elementos de memória histórica no concelho, como o artefacto alusivo à Guerra Colonial. Contudo, considerou existir uma diferença significativa entre assinalar uma efeméride com um investimento reduzido ou fazê-lo através de um investimento de cerca de 400 mil euros. Referiu ainda que muitos municípios manifestavam dificuldade em compreender o montante investido no monumento, não identificando no mesmo um valor material correspondente ao investimento realizado. Admitiu que a principal justificação apresentada residia no conceito artístico associado à obra e na valorização do trabalho do artista, mas sublinhou que considerava legítimo colocar estas questões ao executivo municipal, precisamente com o objetivo de prestar esclarecimentos à população.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, solicitou a intervenção do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Sr. José Negrão, para esclarecimentos relativos à Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, então a palavra ao Sr. Diretor do D.A.F., José Negrão, o qual após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que as declarações de inexistência de conflitos de interesses já vêm sendo utilizadas pelo Município há cerca de dois anos, tanto pelos Serviços de Contratação Pública como pelos Serviços de Recursos Humanos, por serem os dois serviços municipais com competências em matéria de contratação. Acrescentou ainda que,

independentemente dessa prática já implementada, a Portaria n.º 287/2025, prorrogou o prazo de entrada em vigor até 16 de agosto de 2026, data a partir da qual se torna obrigatório aquele procedimento.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, novamente a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, retomou a questão relativa ao Monumento ao 25 de Abril, esclarecendo que o autor da obra foi previamente escolhido e que, em função do projeto apresentado e validado, foi definido o tipo de materiais necessários para a sua execução. Recordou que o escultor apresentou publicamente o projeto durante a cerimónia de comemoração do 25 de Abril realizada em 2024, explicando que, posteriormente, foram consultadas empresas capazes de fornecer os materiais adequados ao tipo de obra em causa. Referiu ainda que, para além dos custos associados aos materiais e à execução técnica da obra, existia naturalmente uma componente relativa ao trabalho criativo do autor e ao acompanhamento do processo artístico. Considerou que a apreciação sobre se o valor era elevado ou reduzido se enquadrava numa perspetiva subjetiva e ligada ao conceito de valorização artística. Acrescentou que, o processo de execução da obra compreendeu diversas fases, nomeadamente, a fase de conceção, a construção da base do monumento, a execução da estrutura, a montagem em fábrica e desmontagem para transporte, o transporte e colocação definitiva, a colocação das rochas calcárias, a instalação da placa evocativa e, por fim, os trabalhos de iluminação e ensaios finais. Salientou que todas estas etapas foram visíveis no local e acompanhadas por quem ali passava durante o período da obra. Reconheceu que poderia existir entendimento diferente relativamente à correspondência entre o valor investido e o resultado final da obra, considerando tratar-se de uma apreciação pessoal. Ainda assim, afirmou que todo o processo foi desenvolvido de forma clara e



articulada com as entidades envolvidas, defendendo que o monumento constitui uma obra distintiva e um marco importante para a cidade. Concluiu manifestando disponibilidade para facultar ao Sr. Pedro Marques informação mais detalhada relativamente aos valores associados a cada uma das fases e componentes da obra, através dos serviços municipais.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, apresentou quatro questões: - Questionou o executivo relativamente ao estado do processo de ligação da EN109 à Zona Industrial da Tocha, referindo que decidiu voltar a abordar o tema após ter tomado conhecimento do início das obras da estrada entre a Praia de Quiaios e a Figueira da Foz, anunciadas pelo Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Sr. Pedro Santana Lopes, já com previsão de conclusão até ao final do ano. Comparando ambas as situações, salientou que, ao longo dos últimos quatro anos de mandato, tem ouvido sucessivas referências à obra da ligação à Zona Industrial da Tocha sem que exista ainda uma solução concreta ou o arranque efetivo da intervenção. Recordou que aquela ligação rodoviária é vital para a freguesia da Tocha, nomeadamente, devido aos constrangimentos causados pela circulação de camiões. Reconheceu que os atrasos não seriam exclusivamente imputáveis ao Município, referindo problemas anteriormente relacionados com o ICNF e posteriormente com a APA, admitindo que algumas dessas questões pudessem já estar ultrapassadas. Questionou ainda se os processos de aquisição ou expropriação dos terrenos necessários já se encontravam concluídos. Concluiu apelando à Sr.ª Presidente da Câmara que concentrasse esforços na resolução do problema, considerando tratar-se de uma necessidade importante para a população e utilizadores daquela via; - Chamou a atenção para o estado da estrada que passa junto ao estaleiro da Junta de

Freguesia da Sanguinheira e que dá acesso ao infantário e à zona do Feitoso, classificando o estado da via como muito degradado e considerando urgente a sua reparação. Dirigiu igualmente um apelo à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sara Brado, para que acompanhasse aquela situação; - Voltou a referir a rotunda do ramal da Gesteira, conhecida como rotunda dos saltinhos, recordando que já tinha abordado o tema durante o mandato anterior e lamentando que, até ao momento, a situação permanece inalterada; - Por fim, referiu-se ao parque de estacionamento situado à entrada da cidade de Cantanhede, (Rua 1.º Maio) recentemente intervencionado com colocação de gravilha. Alertou para o facto de a gravilha estar a espalhar-se para a estrada, criando potenciais situações de perigo, sobretudo para motociclistas, referindo que ele próprio se incluía entre os utilizadores afetados.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Tiago Vinagreiro, interveio da seguinte forma: *"A 8.ª Volta ao Concelho de Cantanhede tem vindo a afirmar-se, ano após ano, como uma iniciativa marcante para o nosso concelho, refletindo identidade, dinamismo e uma aposta clara no futuro. Esta edição voltou a comprová-lo. Organizada pela Associação Desportiva Cantanhede Cycling, reuniu cerca de 130 ciclistas, provenientes de todo o país e também da Galiza, em representação de mais de duas dezenas de equipas. Ao longo do percurso, o forte envolvimento do público contribuiu para um ambiente de entusiasmo e proximidade com a comunidade. Mais do que os números, importa sublinhar o posicionamento que esta prova já alcançou no panorama nacional, sendo hoje reconhecida como uma das mais relevantes no escalão de formação. Falamos de uma competição que se tem afirmado como um espaço de desenvolvimento para jovens talentos do ciclismo nacional. Jovens que aqui encontram condições para evoluir, competir e projetar o*

seu percurso desportivo. Importa igualmente destacar a qualidade organizativa desta edição, que voltou a evidenciar a capacidade, o rigor e a ambição da Cantanhede Cycling, contribuindo para a valorização do nome de Cantanhede no contexto desportivo do calendário nacional desta modalidade. A vitória ficou em casa, com Bruno Nogueira a subir ao lugar mais alto do pódio, a quem deixo, em nome da bancada do PSD, os nossos parabéns e votos de sucesso. Os resultados começam já a surgir, mesmo numa fase ainda intermédia da época. Existem campeões nacionais, atletas convocados para as seleções nacionais, tanto no masculino como no feminino, e um calendário competitivo exigente, com presença em provas internacionais já nos próximos dias. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Cantanhede afirma-se cada vez mais como um território que aposta no desporto, na formação e nos jovens. Muito desse mérito deve-se ao trabalho diário das associações locais, que elevam o nome do concelho através da sua dedicação e resultados. Perante este caminho, importa garantir condições para a sua continuidade e crescimento. Deixo, por isso, um repto claro: que este percurso seja acompanhado por um reforço do investimento, nomeadamente ao nível das infraestruturas, assegurando melhores condições para o desenvolvimento da modalidade e que se continue a olhar com ambição para a valorização e melhoria das condições. Quando os resultados surgem, a resposta mais responsável passa por dar continuidade ao trabalho e criar condições para ir mais longe. É precisamente essa capacidade de evolução que encontramos também noutra realidade do desporto em Cantanhede: o trabalho desenvolvido pela Academia CantanhedeGym. Falamos de academias distintas, em modalidades diferentes, mas com um denominador comum evidente: o compromisso com a formação, a criação de oportunidades e a projeção do nome de Cantanhede. Senhoras e Senhores Deputados, a realização da Taça do Mundo de

Ginástica Aeróbica, entre os dias 27 e 29 de março de 2026, colocou Cantanhede no centro do panorama desportivo internacional. Integrada no calendário oficial da modalidade, esta competição marcou o arranque da época rumo ao Campeonato do Mundo, a realizar em setembro, em Espanha. Durante três dias, o concelho recebeu mais de uma centena de ginastas, provenientes de 17 países, trazendo consigo qualidade competitiva, exigência e visibilidade internacional. Este evento representou uma demonstração clara de capacidade organizativa, de visão estratégica e de ambição. Os seus efeitos são evidentes: dinamização da economia local, envolvimento da comunidade e reforço da projeção externa de Cantanhede. Este resultado não surge por acaso. É fruto de um trabalho consistente ao longo dos anos, que envolve toda a estrutura organizativa do evento, com destaque para a Academia CantanhedeGym, em articulação com o município e restantes entidades parceiras. Ao acolher esta etapa da Taça do Mundo — a primeira do circuito internacional — Cantanhede posiciona-se de forma relevante no percurso competitivo que conduz ao Campeonato do Mundo. Essa presença no calendário internacional demonstra a capacidade do concelho para organizar eventos de elevado nível e afirmar-se num contexto global. Senhoras e Senhores Deputados, os exemplos que aqui hoje referi evidenciam um caminho claro. Um caminho assente na formação, no trabalho contínuo e na capacidade de projetar o território. Muito obrigado.”-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: “O Partido Socialista traz hoje um tema, que nos gera algumas dúvidas e gerando dúvidas cabe-nos o dever de pedir esclarecimentos: sobre os critérios de distribuição dos recursos materiais por Juntas Freguesias. Não estamos apenas a olhar para valores absolutos. Estamos a olhar para a coerência do modelo e para o



respeito pelos limites definidos. A nossa análise, baseada nos relatórios oficiais de 2023 a 2025 levanta uma questão clara: o plafond global para cedência de materiais às Juntas de Freguesia era de 300 mil euros, mas a execução atingiu 724.134,55,00€, ou seja, mais 424.134,55,00€, acima do limite previsto. Em 9 das 14 freguesias houve uma ultrapassagem dos limites, sendo para nós é difícil de enquadrar a situação no conceito de desvios pontuais. Em 2025, os números são particularmente expressivos: Ourentã ultrapassa o limite em cerca de 810%; Vilamar e Corticeiro de Cima, em cerca de 695%; Covões e Camarneira, em cerca de 627%; Cadima, em 134%. Coloca-se então a questão: para que servem os limites, se podem ser ultrapassados de forma tão significativa sem uma explicação pública, concreta e comparável? Importa deixar claro que esta não é uma intervenção contra nenhuma freguesia, nem uma crítica a quem recebeu mais. É um pedido de esclarecimento sobre os critérios de distribuição. Pois a transparência protege-se esclarecendo os assuntos que podem suscitar dúvidas. Todas as freguesias receberam os subsídios previstos nos contratos Interadministrativos, o diferencial está na cedência adicional de materiais. No acumulado 2023–2025, há casos como: Covões e Camarneira com valores de cerca de 125% acima do referencial; Ourentã, 70%; Sanguinheira, 56%; Vilamar e Corticeiro de Cima, 55%; Sepins e Bolho, 46%. Haverá certamente explicação para estes números! Eles não podem é continuar sem uma explicação clara, pública e sistematizada. Há ainda uma dimensão orçamental que não pode ser ignorada. Se em sede de orçamento são definidos limites para a cedência de materiais, como é que depois se justifica, de forma clara, a verba correspondente aos valores ultrapassados? Onde está essa previsão? Em que rubrica se encontra? Com que critério foi reforçada? Com que deliberação foi autorizada? E como? Pode esta Assembleia acompanhar politicamente uma execução que ultrapassa de forma tão significativa os

limites inicialmente apresentados? A distribuição de recursos não se concretiza assumindo que todas as freguesias são importantes. Concretiza-se essencialmente, através de critérios públicos, verbas identificáveis, decisões rastreáveis e tratamento justo entre territórios. A pergunta é inevitável: Será que estamos perante um modelo que anuncia uma regra e a operacionalização revela outra? Quando um modelo cria regras formais, mas funciona por exceção, perde credibilidade e abre espaço à dúvida e ao escrutínio democrático. Por isso, colocamos ao executivo as seguintes questões:

1. Quais foram, freguesia a freguesia, os critérios objetivos, técnicos e políticos que justificaram a ultrapassagem dos limites entre 2023 e 2025? 2. Todas as Juntas de Freguesia solicitaram materiais ao Município no mesmo ano? 3. Porque é que algumas Juntas de Freguesia receberam mais material que outras? Quando todas tem necessidades? 4. Que factos concretos, obras, intervenções, necessidades excecionais, com datas e valores associados, explicam desvios como os de Ourentã, Vilamar e Corticeiro de Cima, Covões e Camarneira ou Cadima? 5. Quem autorizou estas ultrapassagens e com que suporte formal, técnico ou administrativo? 6. Em que rubricas orçamentais foram acomodadas os valores que ultrapassaram os limites definidos, e de que forma foram esses reforços identificados, acompanhados e validados politicamente? 7. Faz sentido manter o atual modelo quando 9 das 14 freguesias ultrapassaram o plafond e o valor global executado ficou mais de 424 mil euros acima do limite acumulado? 8. Está o executivo disponível para apresentar uma matriz pública, anual e detalhada de critérios de distribuição e reforço de materiais por freguesia? E uma última questão, de natureza meramente retórica, mas que consideramos politicamente pertinente: 9. Os senhores Presidentes de Junta conheciam esta realidade com este grau de detalhe e concordam com este modelo? "-

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu dados recentemente divulgados, em abril do corrente ano, pela consultora financeira Iberinform, segundo os quais o concelho de Cantanhede se destacava como um dos principais polos de atividade económica do distrito de Coimbra, concentrando cerca de 8% das empresas do distrito, atrás apenas do concelho de Coimbra, com 43%, e da Figueira da Foz, com 13%. Acrescentou que, no universo das 500 empresas exportadoras do distrito de Coimbra, Cantanhede ocupava a segunda posição ao nível dos resultados líquidos, com cerca de 35 milhões de euros. Referiu igualmente outros indicadores relevantes, nomeadamente, a existência de 62 empresas exportadoras, um volume de exportações na ordem dos 492 milhões de euros, um volume total de negócios de 752 milhões de euros e cerca de 3161 trabalhadores associados àquela atividade económica. Considerou que aqueles números demonstram a competitividade das empresas locais e o impacto direto das zonas industriais enquanto polos estruturantes da economia do concelho. Salientou ainda que, entre 2021 e 2025, foram instaladas 52 novas empresas nas zonas industriais de Cantanhede, Febres e Tocha, correspondendo à venda de 60 lotes e à ocupação de mais de 65 hectares. Referiu também que, no exercício económico de 2025, o investimento municipal na promoção da atividade económica e no apoio às infraestruturas energéticas ultrapassava os 3 milhões de euros, dos quais cerca de 1 milhão de euros destinados à ampliação das zonas industriais. Concluiu, afirmando que os resultados alcançados demonstravam que a aposta municipal nas zonas industriais contribuí decisivamente para o fortalecimento do tecido empresarial, para a criação de emprego, para a fixação de população e para a melhoria das condições de vida no concelho. Dirigiu, por isso, ao executivo municipal uma palavra de

reconhecimento, considerando que as políticas seguidas estão a produzir resultados visíveis e mensuráveis e que Cantanhede se afirma na linha da frente da competitividade regional. Por fim, abordou a reunião descentralizada que a Câmara teve no reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos Bombeiros Voluntários de Cantanhede durante as tempestades, passando de seguida à leitura de um texto, do seguinte teor: *“Congratular o Município pela realização de uma reunião pública descentralizada, no passado dia 17 de março, no salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede. Destacamos, em primeiro lugar, a mensagem política de proximidade e de compromisso transmitida, bem como o reconhecimento e agradecimento prestados à corporação pelo trabalho desenvolvido durante as tempestades que assolaram o concelho e a região — além da habitual e profícua colaboração com a autarquia. Durante as tempestades, como é seu hábito, os Bombeiros Voluntários estiveram na linha da frente desde a primeira hora, na defesa da comunidade e na proteção de pessoas e bens. Felicitamos igualmente o Município pela entrega de 120 equipamentos de proteção individual e de um sistema de comunicações Starlink aos Bombeiros Voluntários de Cantanhede. Estes meios foram adquiridos no âmbito de uma candidatura da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ao programa Centro 2030, num valor global de cerca de 25 mil euros, representando uma melhoria concreta na proteção dos nossos bombeiros. Na mesma ocasião, foi anunciada uma candidatura da Câmara Municipal para a aquisição de um veículo tanque florestal, a requalificação da central de comunicações de emergência do quartel dos Bombeiros Voluntários e a beneficiação do centro de coordenação operacional municipal - num investimento superior a 567 mil euros. A colaboração do Município de Cantanhede, enquanto autoridade com tutela sobre a proteção civil do concelho, com os Bombeiros Voluntários reflete o reconhecimento da importância desta corporação para a*



segurança das populações e contribui decisivamente para garantir a sua plena operacionalidade. Como temos reafirmado, o apoio aos nossos bombeiros não é uma despesa — é um investimento na segurança da população, que importa continuar a assegurar. Por fim, poucos dias após as comemorações do 25 de Abril, e num momento em que tanto se fala da necessidade de aproximar os jovens à política e, em particular, aos órgãos autárquicos, felicitamos a iniciativa de contar nessa reunião com a presença de alunos do 11.º ano do curso de Ciências Socioeconómicas da Escola Secundária Lima de Faria. Esta iniciativa torna a ação política mais transparente, acessível e aberta à juventude, incentivando o seu envolvimento cívico e democrático.”-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, respondeu à intervenção do Sr. Ulisses Salvador, relativamente à ligação da EN109 à Zona Industrial da Tocha, recordando que se tratava de uma obra aguardada há mais de 30 anos e que, finalmente, se encontrava em fase de concretização. Referiu que o processo foi particularmente complexo, devido às alterações de traçado necessárias e aos sucessivos constrangimentos relacionados com o ICNF e com a APA, exigindo meses de trabalho e negociações. Informou que se encontra atualmente em curso o processo de aquisição dos terrenos necessários à execução da obra, envolvendo mais de 170 parcelas, estando cerca de 40% já adquiridas. Reconheceu que algumas situações poderiam revelar-se mais difíceis, nomeadamente, por envolverem heranças, proprietários residentes no estrangeiro ou situações de desconhecimento da titularidade dos terrenos. Sublinhou que o Município apenas recorreu recentemente a um processo de expropriação na Zona Industrial de Febres, precisamente por desconhecimento dos proprietários, esperando que tal não viesse a ser necessário

neste caso. Comparou ainda a situação com a obra da Figueira da Foz referida salientando que negociar com uma entidade ou com um único proprietário era substancialmente diferente de que negociar com mais de 170 proprietários distintos. Acrescentou que o Município já possuía experiência semelhante decorrente da construção da via regional entre Cantanhede e a Tocha, processo igualmente complexo. Referiu ainda ter reunido com o Senhor Ministro das Infraestruturas no sentido de sensibilizar o Governo para a possibilidade de financiamento da obra, embora admita não ter grandes expectativas quanto a esse apoio, tendo em conta os argumentos apresentados pelo Governo, o qual transmitiu que, Cantanhede é um município que é cruzado por três autoestradas, A1, A14 e A17 existindo capitais de distrito no país sem qualquer ligação deste tipo, razão pela qual os investimentos do Estado tendem a privilegiar territórios considerados mais carenciados em termos de acessibilidades. Apesar disso, assegurou que o Município não abandonará o projeto, reafirmando a intenção de avançar com a obra, mesmo que seja necessário recorrer exclusivamente a fundos próprios. Sublinhou ainda que o Município não iniciará a empreitada sem que todas as aquisições de terrenos estejam concluídas, por forma a garantir o cumprimento integral da legalidade. Destacou igualmente a importância ambiental da futura via, não apenas pela melhoria da acessibilidade à Zona Industrial e à A17, mas também pela redução da circulação de veículos pesados no interior da Vila da Tocha, com benefícios ao nível ambiental, da qualidade do ar e da preservação das vias urbanas. Relativamente à estrada degradada na Sanguinheira, recordou que no mandato anterior foi efetuado um levantamento geral das vias do concelho e que o Município investiu cerca de 18 milhões de euros em requalificação de pavimentos e redes de águas pluviais. Sublinhou, contudo, a dimensão territorial do concelho e a existência de muitas intervenções necessárias, algumas delas condicionadas por



futuras obras da INOVA. Referiu ainda que a Freguesia da Sanguinheira já beneficiou de investimentos significativos ao nível de pavimentações, reconhecendo, no entanto, a necessidade de analisar a situação agora reportada. Quanto ao parque de estacionamento esclareceu que o espaço em causa integrava um projeto mais amplo, que incluía a futura construção de uma rotunda e o prolongamento de uma nova via. Informou que estavam praticamente concluídas as negociações com o proprietário do terreno adjacente, permitindo futuramente a criação de passeios e a melhoria definitiva do pavimento do estacionamento, precisamente para evitar problemas relacionados com a gravilha e melhorar as condições de utilização do espaço. Aproveitou ainda a intervenção do Sr. Tiago Vinagreiro para felicitar publicamente o trabalho desenvolvido pelo Cantanhede Cycling, destacando os resultados obtidos por aquela associação desportiva, apesar da sua curta existência. Estendeu igualmente as felicitações à Academia CantanhedeGym pelo trabalho desenvolvido na área da ginástica e pela capacidade de atrair atletas estrangeiros ao concelho, contribuindo para a divulgação do território. Relativamente aos critérios de apoio às Juntas de Freguesia, afirmou discordar da tendência observada noutros municípios de redução dos protocolos de colaboração, defendendo antes o reforço da capacidade de intervenção das Juntas no terreno. Explicou que o protocolo municipal relativo aos caminhos vicinais prevê, de dois em dois anos, o fornecimento de máquinas, mão-de-obra e materiais como tout-venant. Acrescentou que, em situações pontuais e devidamente justificadas, o Município também disponibiliza materiais adicionais às Juntas de Freguesia. Referiu ainda que existe um controlo rigoroso por parte dos serviços municipais relativamente à cedência de materiais, nomeadamente, pavê, lancis e tubos, sendo todas as intervenções verificadas no terreno pela Divisão de Administração Direta e Apoio às Freguesias. Sublinhou que o objetivo é apoiar as

Juntas de Freguesia na requalificação urbana dos seus territórios, elogiando o empenho dos Presidentes de Junta nesse trabalho de proximidade. Informou igualmente que poderá passar a constar dos relatórios municipais a taxa de execução de materiais atribuídos a cada Junta de Freguesia. Acrescentou que, embora os contratos celebrados com as Juntas de Freguesia representem cerca de 1,7 milhões de euros em transferências, esse valor acaba frequentemente por aumentar devido ao fornecimento de materiais, considerando, contudo, tratar-se de um investimento importante para a melhoria das freguesias. Por fim, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rogério Marques, congratulou-se com os resultados alcançados em matéria de dinamização das zonas industriais do concelho, referindo que poderiam ser apresentados futuramente dados mais detalhados sobre empresas instaladas e áreas adquiridas. Destacou também o sucesso do BIOCANT, cuja capacidade instalada se encontra totalmente ocupada, estando já em estudo a construção de um novo edifício devido à crescente procura na área da biotecnologia. No âmbito da Proteção Civil, salientou o forte investimento realizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em equipamentos e meios técnicos, destacando a importância da distribuição de equipamentos Starlink aos municípios durante a recente situação de depressão atmosférica. Sublinhou igualmente a articulação existente entre Bombeiros Voluntários, Proteção Civil, técnicos municipais e Juntas de Freguesia, considerando fundamental o reforço da capacidade de resposta e das comunicações face aos riscos associados à próxima época de calor e incêndios.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. Cláudio Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes, começou por destacar a distinção atribuída à Freguesia de Ançã no âmbito do programa “Compromisso Pagamento Pontual”, cuja



cerimónia decorreu na sede da Plural, em Coimbra, no passado mês. Explicou que aquele programa, coordenado pela ACEGE, IAPMEI, CIP, APIFARMA, Informa D&B, Caixa Geral de Depósitos e Ordem dos Contabilistas, visa promover o compromisso de pagamento dentro dos prazos acordados. Referiu igualmente a presença da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede na cerimónia. Sublinhou a importância do pagamento atempado como fator determinante para a sustentabilidade económica e social, considerando que o incumprimento dos prazos de pagamento constitui uma ameaça séria à sobrevivência de muitas pequenas e médias empresas. Referiu que cerca de 80% das empresas e organizações portuguesas não cumprem os prazos acordados e que, no caso das grandes empresas e organizações, esse valor ascende a 96%. Acrescentou que estudos recentes apontavam para um impacto significativo dos atrasos nos pagamentos, quer ao nível do desemprego, quer na redução do crescimento do PIB nacional. Considerou, por isso, que pagar atempadamente não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia económica essencial para fortalecer o tecido empresarial e a economia nacional. Referiu ainda que o Estado português continua a ser frequentemente apontado como mau pagador, salientando que os pagamentos em atraso são monitorizados pela entidade do Tesouro e Finanças. No que respeita ao Município de Cantanhede, destacou os resultados apresentados no relatório de contas de 2025, referindo que, à data de 31 de dezembro de 2025, a dívida a fornecedores ascendia a cerca de 241 mil euros, num universo de aproximadamente 44 milhões de euros de despesa, representando o valor mais baixo dos últimos quatro anos e uma redução de 32% face ao ano anterior. Salientou igualmente que o Município apresentava um prazo médio de pagamento de 15 dias, considerando este desempenho notável no panorama nacional. Por esse motivo, dirigiu felicitações ao Município e aos seus Serviços, reconhecendo o impacto positivo

da gestão no tecido empresarial e económico do concelho. Abordou ainda, a recente doação do Solar dos Neiva ao Município de Cantanhede, formalizada no âmbito das comemorações do 25 de Abril, em Ançã. Explicou que a doação foi efetuada pela Sr.^a Maria Manuela Braga e Reis Camelo Monteiro, destinando-se o imóvel à criação da Casa de Cultura Manuela Reis Camelo. Descreveu o Solar dos Neiva como um dos imóveis mais emblemáticos de Ançã, datado do século XIX, localizado junto ao Pelourinho e caracterizado pela presença do Brasão de Armas dos Bandeira de Neiva esculpido em pedra de Ançã. Considerou este gesto de doação como um ato de enorme generosidade, permitindo dotar o concelho e a freguesia de um importante equipamento cultural destinado à promoção de atividades nas áreas da literatura, música, teatro, exposições, conferências e valorização das tradições locais. Referiu ainda que o Município assumirá a responsabilidade pela conservação do edifício e pela dinamização cultural do espaço. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Ançã distinguiu a doadora com a atribuição da distinção de Mérito Público de Excelência. Informou ainda, que a Freguesia de Ançã e o Município de Cantanhede foram distinguidos com a Bandeira de Mérito Social 2026, numa cerimónia realizada no Centro de Artes de Águeda. Referiu que ambas as entidades integraram um grupo de 144 distinguidos a nível nacional, num universo de 732 processos analisados, sendo reconhecidas pelo trabalho desenvolvido em prol do bem-estar da comunidade, da inclusão social, da sustentabilidade e do apoio às populações mais vulneráveis. Considerou tratar-se do único reconhecimento nacional de mérito social e salientou que esta distinção constitui um incentivo para continuar a reforçar o trabalho de proximidade desenvolvido pelas autarquias locais. Aproveitou ainda para felicitar o Município de Cantanhede, os serviços de Ação Social e todas as restantes Freguesias pelo trabalho realizado em prol das comunidades locais. Referiu depois que tinha

ainda outro ponto preparado para intervenção, mas optaria por o deixar para a próxima sessão. Assinalou igualmente que naquele dia, 29 de abril, se comemoravam os 142 anos do nascimento de Jaime Cortesão, natural de Ançã. Destacou o percurso de Jaime Cortesão enquanto médico, historiador, escritor, poeta, resistente político, combatente voluntário da Primeira Guerra Mundial, diretor da Biblioteca Nacional, fundador da Seara Nova e defensor da democracia portuguesa. Considerou-o uma das figuras mais marcantes da cultura e da política portuguesa do século XX, sublinhando o seu contributo intelectual, cultural e político e afirmando que representava uma ponte moral entre a Primeira República e o 25 de Abril. Aproveitou a ocasião para prestar homenagem à sua memória. Por fim, divulgou a realização da 23.ª edição da Feira do Bolo de Ançã, agendada para o dia 17 de maio no Terreiro do Paço, destacando-a como uma das maiores referências gastronómicas do concelho. Informou que o certame incluiria animação, música, venda do tradicional Bolo de Ançã, fabrico ao vivo, ateliers, atividades para crianças e adultos, visitas à vila e momentos de convívio. Terminou convidando formalmente todos os presentes a visitar o evento.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Sérgio Maia, o qual, após cumprimentar todos os presentes, procedeu à seguinte intervenção: *“A política local exige serenidade, responsabilidade e acima de tudo respeito pelos cidadãos. A confiança não se proclama, constrói-se com trabalho, presença e acima de tudo com resultados. Tenho lido com atenção alguns textos que têm circulado sobre a questão dos Presidentes de Junta que simultaneamente desempenham funções no município. Não posso, no entanto, deixar de notar que este tipo de discurso surge muitas vezes em contexto eleitoral e não é alheio aos resultados políticos recentes, mas cada um fará a sua*

leitura. Quem não sente, não é filho de boa gente. Aquilo que não aceito, nem aceitarei é que se coloca em causa a minha idoneidade, o trabalho que tenho apresentado aos meus fregueses e ao município. Tudo o que tenho na vida foi conquistado com trabalho. Desde cedo, se queria um par de sapatilhas de marca, tive de trabalhar para o conseguir. Se quis tirar um curso, trabalhei para o conquistar. Se quis comprar um carro, trabalhei para o ter. Os meus pais infelizmente não podiam dar. É esse o percurso que lucida bem quem sou e a forma como estou na vida e na política, com responsabilidade, com respeito pelos outros e com convicção de que o serviço público exige dedicação, integridade. No exercício das minhas funções, enquanto Presidente de Junta, quero ser claro, nunca, mas nunca em momento algum me foi imposto o que quer que fosse para além dos acordos normais, institucionais com o município e as Freguesias, acordos com todos. Nunca me senti condicionado, pressionado ou colocado em qualquer situação de conflito. Tenho exercido o meu mandato com total liberdade, repito, total liberdade, sempre com um único critério, defender os interesses dos Fregueses que me elegeram e cumprir com rigor as minhas funções enquanto técnico do município, e enquanto técnico do município não deixo de tratar todas as situações com equilíbrio e a equidade exigida. Não trabalho para agradar a comentadores de bancada, nem para alimentar narrativas, trabalho para resolver problemas concretos, para dar resposta às pessoas. A crítica em política é legítima, mas exige coerência. Quando se apresentam como defensores de ética, deve antes de mais garantir que a sua prática está alinhada com esse discurso, participar em candidaturas, integrar estruturas ao mesmo tempo e apontar o dedo aos outros levanta a questão e essa questão que é muito simples, onde começa a crítica legítima e onde começa a incoerência. Pelo mesmo critério enviesado de quem escreve, há muitas questões que são legais, mas também poderiam ser ponderadas como

acumular funções em diferentes órgãos autárquicos ou ter familiares diretos a trabalhar em autarquias, aonde nos candidatámos. Uns dirão que é perfeitamente normal, outros dirão que é legal, mas pouco ético, outros ainda dirão que são formas de concentração de poder, como forma de garantir presença e visibilidade na oposição. Não faço esses juízos de valor. Até prova em contrário, confio na integridade das pessoas com a mesma determinação com que não aceito que ponham em causa a minha. A política não se faz com superioridade moral, nem de julgamentos generalizados. Não se faz de ruído, nem de tentativas de descredibilização, faz-se de trabalho sério, de compromisso com as pessoas e de resultados concretos. Continuarei como sempre a exercer as minhas funções com Independência, firmeza e sentido de responsabilidade, sem ceder à pressão, sem alimentar jogos políticos e sem desviar o foco daquilo que realmente importa, servir os fregueses de Murte, porque é de política que estamos a falar e em política é a eles e apenas a eles que presto contas.”-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, começou por subscrever integralmente a posição e as preocupações manifestadas pelo Sr. António Casqueiro relativamente às problemáticas que atualmente afetam a escola pública. Referiu que a Sr.ª Presidente da Câmara já havia dado nota de que estavam a ser tomadas medidas para responder às questões relacionadas com a lotação escolar, considerando positiva essa atuação. Contudo, salientou que a questão mais preocupante se prendia com a qualidade do ensino, particularmente devido à insuficiência de recursos materiais e humanos. Destacou em especial a área da educação inclusiva, tema que afirmou conhecer de perto em contexto profissional, uma vez que trabalha diariamente com alunos com necessidades específicas. Referiu

que sente diretamente as dificuldades existentes no acompanhamento destas crianças, quer pela escassez de recursos materiais, quer pela insuficiência de recursos humanos especializados. Nesse sentido, apelou à Sr.^a Presidente da Câmara para que o Município continue a assumir um papel ativo de apoio à Escola e junto do poder político e do Ministério da Educação, sensibilizando as entidades competentes para a necessidade de reforço dos recursos humanos, nomeadamente, através da contratação de mais profissionais especializados. Reconheceu que a disponibilidade destes profissionais é atualmente reduzida, mas defendeu que devem ser encontradas soluções adequadas, considerando que estas crianças e respetivas famílias necessitam de um apoio particularmente reforçado. Concluiu esta parte da intervenção apelando à Sr.^a Presidente para que continue a desenvolver todos os esforços possíveis em prol da inclusão e do apoio às crianças com necessidades educativas especiais. Abordou depois a temática das comemorações do 25 de Abril, sublinhando a importância de celebrar os valores e conquistas da Revolução de Abril de 1974, designadamente a democracia, a liberdade, a justiça social e a participação cívica. Referiu que esses valores permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, destacando a criação do Serviço Nacional de Saúde, a democratização da escola pública, o fortalecimento da participação política e cívica e o fim da Guerra Colonial. Considerou que, celebrar o 25 de Abril constitui também uma forma de honrar a memória e a coragem de todos aqueles que lutaram contra a ditadura e o Estado opressivo. Afirmou que Portugal saiu, após a Revolução, de um período de obscurantismo e iniciou um processo de construção de um Estado democrático e participativo. Defendeu ainda que a democracia é um modelo político em permanente construção, exigindo a participação de todos aqueles que defendem a liberdade e o Estado de direito. Manifestou preocupação relativamente a fenómenos



de discriminação, racismo e xenofobia, considerando que atentam contra os direitos constitucionais, a cidadania ativa e a dignidade humana. Reafirmou que Portugal deve permanecer comprometido com os valores da liberdade, igualdade de oportunidades, inclusão e desenvolvimento socioeconómico. Referiu depois que, no ano anterior, foi inaugurado em Cantanhede o Monumento de celebração dos valores da Liberdade, da Paz e da Democracia, da autoria do Mestre Alves André, considerando tratar-se de uma obra que dignifica e honra a cidade de Cantanhede. Reconheceu que o valor artístico da obra pode ser objeto de apreciações distintas, mas salientou o reconhecimento nacional e internacional do autor. Aproveitou ainda para expressar pessoalmente o apreço que tem pelo trabalho artístico de Alves André. Contudo, manifestou tristeza pelo facto de, nas comemorações do 25 de Abril do presente ano, o monumento não ter sido incluído nas cerimónias oficiais do Município, referindo que não foi sequer colocado um ramo de flores no local. Assinalou que o Partido Socialista tomou a iniciativa de prestar essa homenagem, colocando um ramo de cravos, evocando os valores de Abril e todos aqueles que contribuíram para a defesa da democracia. Nesse contexto, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara sobre as razões que levaram à ausência de um momento protocolar junto do Monumento nas comemorações oficiais, perguntando se tal se deveu a uma decisão deliberada, a um lapso ou a questões logísticas. Perguntou ainda se o Município estaria disponível para, no futuro, integrar formalmente o Monumento nas comemorações oficiais do 25 de Abril. Concluiu, salientando que a questão ultrapassa um simples detalhe protocolar, relacionando-se antes com a valorização da memória coletiva e com a transmissão às gerações mais jovens do significado da liberdade e da democracia, defendendo que a valorização da história, da memória coletiva e dos símbolos da liberdade deve constituir uma prioridade partilhada por todos os órgãos autárquicos.

Interveio, de seguida, sobre uma outra questão que considerava particularmente importante, tanto para si como para muitas outras pessoas, relacionado com a Pedra de Ançã, designadamente a pedra calcária característica daquela região, apresentando a seguinte comunicação: *“Em nome da bancada do Partido Socialista, eu acho que temos de honrar e valorizar a nossa pedra, a pedra autóctone. Cantanhede é um território com identidade, com história e património, entre a gândara e os calcários da pedra de Ançã, pedra património mundial da UNESCO e ao longo dos séculos foi matéria-prima de muitas obras de elevado valor artístico e arquitetónico e de outras obras de valor funcional e estético. Hoje ao olharmos para aquele espaço público ou para o espaço público, diria pavimentos, passeios, largos, zonas pedonais, lancis, entre outros na cidade de Cantanhede e das nossas Freguesias, verificamos que muitos, eu afirmo, na grande maioria estão construídos em materiais tão diversos como granito, betão pré-fabricado, cerâmica, grés porcelânico, entre outros. Quando se programa a construção de espaços públicos, é se confrontado com uma escolha que não é apenas técnica ou financeira, mas também cultural. Que materiais queremos usar para construir o nosso território? Defendo que numa terra onde a pedra calcária é um símbolo identitário, devemos privilegiar a sua utilização na construção de espaços públicos em vez do recurso generalizado de outros materiais e de matérias-primas que não fazem parte da nossa esfera patrimonial. Porquê? Por uma questão de identidade. Utilizar a pedra calcária é afirmar aquilo que somos, é preservar a memória coletiva, é reforçar o carácter único do nosso território. Em segundo lugar é valorizar a economia local. Ao optar pelo calcário, estamos a apoiar a economia da região, os trabalhadores e as empresas ligadas à extração, transformação e aplicação deste recurso. Em terceiro lugar, por coerência estética e patrimonial. A pedra calcária integra-se harmoniosamente com a*

arquitetura tradicional existente, criando espaços públicos mais equilibrados, autênticos e visualmente consistentes, e em quarto lugar a utilização de materiais locais contribui para uma abordagem mais sustentável, reduzindo custos ambientais associados ao transporte de materiais de outras regiões. Senhoras e senhores deputados, a construção do espaço público não é somente uma questão de funcionalidade, é uma oportunidade de afirmar a identidade, valorizar recursos e respeitar a história do território. Saibamos por isso fazer escolhas que honrem a herança do calcário e da pedra de Ançã e que projetem o seu valor para o futuro. Tendo em conta a importância histórica, identitária, económica da pedra calcária e da pedra de Ançã no nosso território,” gostaria de colocar uma questão concreta ao executivo, que medidas pretende implementar para garantir a priorização da utilização da pedra calcária na construção e requalificação de passeios, largos e outros espaços públicos.” Por fim, no âmbito das questões relacionadas com a requalificação da rede viária, chamou a atenção para o estado de conservação de uma via situada na Freguesia de Cantanhede, concretamente na localidade de Lemede, referindo-se ao troço entre a Rua da Herdade e a Rua de Baixo. Referiu que a referida via se encontra em mau estado de conservação, apresentando buracos, lombas, depressões e um piso bastante irregular. Nesse sentido, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara sobre a eventual existência de previsão para a sua requalificação.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Guilherme Rebola, o qual, após cumprimentar todos os presentes e em particular os habitantes da Freguesia de Ourentã, fez a seguinte intervenção: “Trago também um ponto para a rubrica estradas e passeios da nossa Assembleia. Começo por dizer que, como saberão, Ourentã tem uma praia fluvial, uma praia que no verão se enche de famílias, de crianças, de vida. Uma praia que é há muito um motivo de orgulho para

toda a nossa Freguesia, mas entre a sede de Freguesia e essa praia há uma estrada, a EN 234. Uma estrada nacional, com tráfego intenso, com ligação direta à A1 e durante anos, demasiados anos, devo dizê-lo, quem quis percorrer esse caminho a pé fê-lo sem passeio, sem proteção, com o trânsito ao lado e isso tem de mudar, está prestes a mudar. Este processo existe desde 2018, avançou porque este município não desistiu, mesmo quando a infraestruturas de Portugal condicionou, exigiu revisões, pediu mais pareceres. Mesmo quando uma auditoria de Segurança Rodoviária identificou 14 inconformidades que tiveram de ser resolvidas uma a uma, e resolveram-se. A 30/03/2026, há menos de 1 mês, essa auditoria foi formalmente encerrada. O processo está por isso consolidado, são cerca de 900 m de passeios, um passadiço de madeira com acesso direto à praia fluvial, passadeiras, semáforos de controlo de velocidade, iluminação, drenagem, sinalização completa. Não se trata de um esboço, não é uma intenção, é uma intervenção técnica séria, revista, auditada, e pronta para avançar e é precisamente por estar pronta que trago este tema hoje aqui a esta Assembleia com alguma urgência. Existem proprietários privados com intenção de reconstruir muros confinantes com aquela via, é um direito legítimo que lhes assiste, mas muros construídos antes de estar fixado o alinhamento dos passeios, podem condicionar e de forma séria e dispendiosa o que ainda falta executar. O projeto está pronto e agora todos nós queremos ver as máquinas no terreno. Os habitantes de Ourentã esperaram com paciência e merecem agora ver o resultado, não em papel, não em atas, não em auditorias, mas no terreno, em obra, em passeio. É essa a nossa responsabilidade enquanto Partido, enquanto executivo e é com essa responsabilidade que estaremos aqui até ao fim. Senhora Presidente, queremos regressar naturalmente a esta Assembleia com uma notícia simples, as famílias do Ourentã chegam à sua praia fluvial a pé, em segurança. Todos nós

sabemos que esse dia está realmente próximo e quando chegar Ourentã saberá que valeu a pena esperar.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes, deu nota de que, coincidindo com o centenário do nascimento de Augusto Abelaira, trazia à sessão uma referência ao escritor e ao programa comemorativo promovido em sua homenagem. Destacou que Augusto Abelaira, natural do concelho, já havia sido reconhecido pelo Município, integrando o conjunto de figuras ilustres representadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Sublinhou a relevância cultural e intelectual de Augusto Abelaira enquanto escritor, cronista, dramaturgo, ensaísta e tradutor, salientando o contributo da sua obra para a reflexão crítica sobre a sociedade portuguesa. Considerou ainda que assinalar o centenário do seu nascimento constitui um ato de justiça cultural e uma oportunidade de valorização da memória coletiva, do património cultural e da aproximação das gerações mais jovens à literatura e à cultura. Por fim, saudou as iniciativas promovidas no âmbito das comemorações e deixou uma palavra de reconhecimento a todos os que têm contribuído para preservar e divulgar o legado de Augusto Abelaira, passando, de seguida, a ler a seguinte comunicação: *“Augusto José de Freitas Abelaira nasceu em Ançã a 18/03/1926. Passou a sua infância com os seus pais entre Açores e Porto e mais tarde veio a fixar-se em Lisboa a partir de 1943. Licenciou-se em ciências histórico filosóficas pela faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e vem a falecer em Lisboa a 04/07/2003, tendo sido sepultado na sua terra natal, Ançã. Como cidadão foi sempre um homem empenhado e crítico, participou na luta contra o regime ditatorial de Salazar, integrou o movimento de Unidade Democrática, uma organização política de oposição ao Estado Novo em Portugal, que foi fundada a 08/10/1945, criado num contexto de abertura dos pós 2ª*

Guerra Mundial que visava a luta pelas liberdades democráticas e eleições livres. Estávamos num período de ditadura em Portugal. Funcionou este movimento de Unidade Democrática inicialmente de uma forma legal e como era expectável, ele veio a ser ilegalizado pelo regime salazarista. Apoiou a campanha de General Humberto Delgado e participou em vários congressos da oposição democrática. Em 1965 curiosamente ele é preso, pela polícia de estado, portanto, a PIDE. Foi por alguns dias, juntamente com outros membros do júri, pela sua ousadia enquanto Presidente de júri de atribuição do Prémio Novelista da Sociedade Portuguesa de Escritores, por atribuírem o prémio Luandino Vieira, portanto, angolano, que na altura estava preso no Tarrafal. Enquanto obra, ele foi professor, tradutor, jornalista no Diário Popular em o Século, cronista no jornal com uma crónica intitulada, que penso que é a mais conhecida dentro nós que é “escrever na água”. No Jornal das Letras onde assinou a crónica ao pé das letras. Exerceu igualmente cargos de diretor de programas da RTP, diretor de Revistas da Vida Mundial e Seara Nova. Exerceu funções de Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, mas ele é sobretudo reconhecido como um dramaturgo e romancista e que é recordado até aos dias de hoje. Como romancista é neorrealista, a sua vasta obra conta com dezenas de romances, peças de teatro, livro de contos, um monólogo e dezenas de crónica jornalista de pendor cultural e político. O seu primeiro romance, curiosamente foi publicado com uma edição de autor em 1959, que é também muito conhecida, “a Cidade das Flores.” As suas obras tiveram vários prémios ao longo da sua carreira literária, nomeadamente o prémio Ricardo Malheiros da Academia de Ciências de Lisboa, o prémio cidade de Lisboa, o prémio da Associação Portuguesa de Escritores no “Romance Outrora”, também ele muito conhecido, o prémio da crítica, o prémio P.E.N. Clube, e em 1997 ele é agraciado pelo Grau de Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada. A sua obra espelha

aquilo que o próprio autor escreve, “um bom romance, um romance rico é aquele que se dirigindo aos problemas concretos do leitor, efetivamente lhe rouba a tranquilidade. Revela, embora de forma indireta, o desencontro existente entre o que cada um crê que deveria fazer e o que cada um faz ou não faz,” cita Abelaira. O espólio da sua obra está à guarda da Biblioteca Nacional, é constituída por centenas de caixas de manuscrito de autor, alguns em várias versões, correspondência recebida, e documentos biográficos, fotografia, arquivo de imprensa e alguns manuscritos de outros intelectuais dirigidas a ele.”. Referiu que o programa comemorativo do centenário do nascimento de Augusto Abelaira, promovido pelo Município de Cantanhede, teve início no dia 18 de março e decorrerá durante este ano com diversas iniciativas culturais. Destacou de seguida, que, nessa data, a Junta de Freguesia de Ançã, acompanhada pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal e pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, depositou de uma coroa de flores na sepultura de Augusto Abelaira, no cemitério de Ançã, estando igualmente prevista pela Junta de Freguesia a colocação de uma pedra evocativa no túmulo do escritor, assinalando os 100 anos do seu nascimento. Referiu ainda que, no mesmo dia, a Secção Património Ançã – Novo Rumo Teatro Amadores de Ançã inaugurou, no antigo GTL de Ançã, a exposição intitulada “Augusto Abelaira, escritor ançanense”, organizada em parceria com a Câmara Municipal e com o apoio da Junta de Freguesia. Aproveitou para salientar a importância dos grupos de teatro amador na dinamização cultural das localidades e na democratização do acesso à cultura. Informou também que, no dia 12 de maio, se realizaria uma visita guiada ao concelho de Cantanhede promovida pelo Grupo de Professores da Casa do Professor de Loures, incluindo uma receção em Ançã junto ao busto de Jaime Cortesão, um percurso pela zona histórica da vila, passagem pelos edifícios onde viveu Augusto Abelaira, visita à exposição no antigo

GTL, à nascente e ao moinho, com receção pela direção da Secção Património Novo Rumo Teatro Amadores de Ançã. Acrescentou que o programa incluiria ainda almoço em Cantanhede e visitas guiadas a vários locais e figuras históricas do concelho, nomeadamente, D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede e Marquês de Marialva, Pedro Teixeira e à Casa Carlos Oliveira. Por fim, referiu que as comemorações contemplam ainda a dedicação da próxima edição do programa “Gente da Nossa Terra” a Augusto Abelaira, nos meses de outubro e novembro, uma exposição na Biblioteca Municipal de Cantanhede durante o mês de outubro e a participação numa conferência a realizar na Biblioteca Nacional no dia 19 de novembro, passando à leitura de um outro texto, do seguinte teor: *“A oportunidade proporcionada pelo município de Cantanhede pelas comemorações dos 100 anos de Augusto Abelaira, se constitui um excelente meio para divulgar e conhecer a grande obra de Abelaira e desse modo um excelente meio de democratização, já que a sua obra se encontra toda ela norteadada por uma consciência ética e histórica, ancorando a sua escrita na observação de uma sociedade concreta e estranhamente atual, vista através de olhares atentos e críticos das suas personagens. Os textos de Augusto Abelaira conduzem o leitor para um universo que é marcado pelo questionamento constante das relações humanas, sejam elas ao nível de uma relação amorosa, sejam elas de relações humanas sociais, mais institucionais. A importância da arte na sociedade e o olhar crítico das pessoas e sobre as pessoas e sobre as coisas, é fundamental e é uma forma de perpetuar Augusto Abelaira não estando ele presente fisicamente entre nós.”*-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de novo a palavra ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Covões e Camarneira, Pedro Veríssimo, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao acordo de colaboração entre as



Juntas de Freguesia e o Município de Cantanhede, salientou a importância do apoio municipal, considerando que, sem essa colaboração, as Juntas teriam muitas dificuldades em executar passeios, arruamentos e outras intervenções. Referiu que a sua freguesia possui uma área extensa e lugares dispersos, pelo que, caso dependesse exclusivamente dos procedimentos municipais, muitas obras demorariam demasiado tempo a concretizar-se. Destacou o empenho e dedicação dos funcionários da Junta de Freguesia, agradecendo publicamente o trabalho desenvolvido, nomeadamente na execução de passeios, colocação de lancil, pavê e aplicação de tout-venant, com o apoio técnico e material do Município. Referiu ainda que a freguesia ultrapassou o limite inicialmente previsto de materiais, mas justificou essa situação com a necessidade de concretização de diversas obras, acrescentando que todo o material recebido em 2025 se encontra aplicado ou em fase de aplicação em obras em curso, designadamente numa intervenção entre o Montouro e a Quinta dos Troviscais. Salientou também a concretização de passeios na localidade dos Penedos, uma antiga reivindicação da população. Quanto à questão dos ajustes diretos, afirmou que a Senhora Presidente da Câmara já havia prestado os devidos esclarecimentos, pretendendo apenas reforçar que o Município dispõe de um Gabinete de Contratação de Apoio às Freguesias e Associações, o qual acompanha e aconselha os procedimentos realizados, garantindo o cumprimento da legalidade. Referiu igualmente que o Serviço Municipal de Aprovisionamento e Armazém solicita habitualmente mais do que um orçamento nos procedimentos de ajuste direto, promovendo transparência e rigor. Acrescentou ainda que, de acordo com a definição legal constante do Diário da República, *“o ajuste direto corresponde a um procedimento de contratação pública em que a entidade adjudicante convida diretamente uma entidade à sua escolha.”* Por fim, aproveitou a intervenção para

convidar todos os presentes e os munícipes que acompanhavam a sessão à distância a visitarem a Semana Cultural da freguesia, a decorrer entre os dias 30 de maio e 13 de junho.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, começou por saudar as intervenções relativas às iniciativas realizadas em Ançã, destacando a importância da doação do Solar dos Neiva pela Sr.^a Manuela Reis Camelo. Considerou tratar-se de um gesto de grande relevância patrimonial e cultural, que representa também uma responsabilidade acrescida para o Município e para a Junta de Freguesia na preservação e valorização daquele património, perspetivando-se a criação de um importante polo cultural. Sublinhou igualmente a importância das referências feitas a Jaime Cortesão e a Augusto Abelaira, considerando-os figuras marcantes da cultura nacional e motivo de orgulho para Ançã e para o Município de Cantanhede. Relativamente à intervenção do Sr. Abel Carapeto sobre a educação inclusiva, reafirmou que a educação constitui uma prioridade para o Município, salientando a colaboração existente com a CERCIMIRA e a APPACDM. Referiu, como exemplo, a criação do programa “Férias na Fonte Quente”, desenvolvido em parceria com aquelas instituições e financiado pelo Município, destinado a apoiar crianças com necessidades específicas durante o período de férias escolares. Quanto à questão relacionada com o Monumento evocativo do 25 de Abril, reconheceu que a ausência de uma homenagem oficial no local durante a comemoração constituiu uma falha, justificando-a com constrangimentos de organização e horários associados às cerimónias realizadas em Ançã. Acrescentou que considera o espaço adequado para futuras iniciativas evocativas, incluindo concertos temáticos, desde que as condições climatéricas o permitam. Sobre a utilização da pedra de Ançã em passeios e

intervenção urbanas, reconheceu o valor patrimonial daquele material, defendendo que deve continuar a ser valorizado em locais apropriados. Contudo, explicou que as exigências atuais em matéria de acessibilidade e mobilidade, nomeadamente, no âmbito de candidaturas ao PRR, obrigam frequentemente à adoção de soluções mais adequadas à circulação pedonal, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida, invisuais ou utilização de carrinhos, levando em alguns casos à substituição da calçada tradicional por pavê ou outros materiais mais acessíveis. No que respeita à Rua da Herdade e Rua de Baixo, em Lemedo, informou que iria verificar a situação e averiguar se existiam intervenções previstas ao nível das infraestruturas. Por fim, relativamente ao processo dos passeios em Ourentã, reconheceu tratar-se de um processo complexo e demorado, devido às exigências impostas pela Infraestruturas de Portugal. Explicou que, após o estudo prévio e o projeto inicial terem recebido pareceres, foram solicitadas sucessivas alterações técnicas, incluindo instalação de semáforos, guardas metálicas e a realização de uma auditoria de segurança rodoviária. Referiu que o Município se encontrava a ultimar as alterações ao projeto em conformidade com as exigências da IP, esperando concluir o processo para lançamento do concurso após obtenção da aprovação final da entidade competente.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara».**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de voto de louvor e reconhecimento ao Clube União Vilanovense, pelo seu Centenário».**-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, que em representação das Bancadas do PS e do PSD, procedeu à leitura da proposta, do seguinte teor: seguinte texto: *“O Clube União Vilanovense fundado em 01/04/1926, afirmou-se ao longo de um século de existência como uma das instituições associativas mais relevantes da sua comunidade, tendo desempenhado, de forma continuada, um papel de grande valor no plano cultural, recreativo, desportivo, educativo, social e solidário. Na sua natureza de associação de beneficência, instrução e recreio, o Clube soube interpretar em cada época as necessidades da população, adaptando-se às transformações sociais, políticas e geracionais sem nunca perder a sua identidade fundadora. Num concelho como o de Cantanhede e em particular num território onde o associativismo sempre foi um dos principais pilares da vida comunitária, instituições como o Clube União Vilanovense assumem um significado que ultrapassa a sua dimensão formal. São espaços de encontro entre gerações, de construção de laços humanos, de preservação de memórias coletivas e de afirmação de valores como a interajuda, a participação cívica, o voluntariado e o sentido de pertença. São em muitos casos verdadeiras escolas de cidadania prática onde se apreende a servir a comunidade antes mesmo de se falar em serviço público. Ao longo de 100 anos, o Clube União Vilanovense acompanhou diferentes ciclos da história local e nacional, atravessando contextos sociais, económicos e políticos profundamente distintos, mantendo sempre viva a sua missão de utilidade coletiva. Esta longevidade não se explica apenas pela passagem do tempo, explica-se pela capacidade de mobilizar vontades, renovar lideranças, envolver associados, acolher novas gerações e permanecer relevante no quotidiano da população. Chegar ao centenário é por isso muito mais do que celebrar uma data, é reconhecer um percurso singular de resiliência, dedicação e compromisso com a comunidade. Importa por isso*

prestar homenagem pública a todos aqueles que ao longo deste século contribuíram para a construção e consolidação desta instituição, dirigentes, membros dos órgãos sociais, associados, colaboradores, voluntários, atletas, dinamizadores e outros tantos que com generosidade e espírito de missão tornaram possível este trajeto notável. O património material e imaterial do Clube União Vilanovense é em larga medida o resultado desse esforço coletivo e dessa fidelidade a uma causa comum. A relevância do Clube União Vilanovense para a União de Freguesias de Portunhos e Outil, para o concelho de Cantanhede, justifica plenamente para a Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo de todos os munícipes, que assinalam institucionalmente este marco histórico. Tal reconhecimento corresponde não apenas a um gesto de justiça para com a Associação, mas também a uma afirmação clara do valor do movimento associativo como elemento estruturante da coesão social, da identidade local e da qualidade democrática da vida comunitária. Assim, propõe-se, que a Assembleia Municipal reunida na sessão de hoje, no dia 29 de abril, delibere: 1 - aprovar a proposta de atribuição de um voto de louvor e reconhecimento ao Clube União Vilanovense pela celebração do seu centenário e pelo relevante contributo prestado ao longo de 100 anos à comunidade de Vila Nova e a da União de Freguesias de Portunhos e Outil e ao concelho de Cantanhede. 2 - Determinar que o presente voto seja consignado em ata e comunicado oficialmente ao Clube União Vilanovense, como testemunho institucional e reconhecimento e gratidão.” Referiu ainda a presença dos atuais Presidente e Vice-Presidente da Direção, agradecendo-lhes a sua presença e sublinhando que o voto de louvor e reconhecimento também lhes era dirigido.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 2 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de voto de louvor e reconhecimento ao Clube União Vilanovense, pelo seu Centenário», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 - «Constituição do Conselho Municipal de Educação / Quadriénio 2025/2029».**-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, a qual solicitou que a apresentação fosse efetuada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, que tem o respetivo pelouro.-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, passou então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual, relativamente a este ponto, esclareceu que a sua criação decorre da Lei, tratando-se de uma instância de coordenação e consulta destinada a promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, bem como a análise, acompanhamento e avaliação do funcionamento do sistema educativo e a proposta de ações consideradas relevantes. Referiu que a composição do Conselho integra, maioritariamente, representantes indicados pelas respetivas instituições, salientando ainda a importância da participação dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, cuja inclusão foi assegurada pelo Município mesmo antes de tal estar legalmente previsto. Sublinhou que o Conselho Municipal de Educação constitui um órgão de grande relevância, embora seja apenas um dos vários espaços de participação e corresponsabilização existentes na área da educação. Destacou, a esse propósito, o trabalho desenvolvido no âmbito da transferência de competências, realizado em articulação com os Diretores dos Agrupamentos, bem como a participação das autarquias nos Conselhos Gerais das Escolas e noutros grupos de trabalho criados para análise e reflexão sobre matérias específicas. Informou ainda que estavam a decorrer avaliações externas em dois Agrupamentos de Escolas e referiu que temas como as atividades de enriquecimento curricular e o

acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais têm sido objeto de trabalho de monitorização, avaliação e reflexão conjunta, envolvendo os diferentes intervenientes educativos. Concluiu, salientando que o Conselho Municipal de Educação assume um papel determinante na definição estratégica da política educativa local, nomeadamente, através de instrumentos como a Carta Educativa, que permite uma visão prospetiva da rede educativa do concelho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 3 – «Constituição do Conselho Municipal de Educação / Quadriénio 2025/2029»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou de seguida à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia para Acolher provisoriamente a Unidade de Saúde de Ançã»**, ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira»**, ao **Ponto 6 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Cantanhede / Passagem de Ano 2025/2026»**, ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Ourentã / Fornecimento de mobiliário para o Centro Cívico de Ourentã»**, ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de roçadora e corta relvas»**, ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Sanguinheira / Fornecimento e Substituição da Porta Principal do Jardim de Infância da Sanguinheira»**, ao

Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Tocha / Aquisição de máquinas e ferramentas», ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo de Corticeiro de Cima- 2.ª Fase», à semelhança do que já se tem feito, sendo de seguida apreciados e aprovados ponto a ponto separadamente.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O Ponto n.º 4, refere-se a uma atribuição de subsidio à Freguesia de Ançã, destinado à beneficiação do edifício da antiga Junta de Freguesia para acolher provisoriamente a Unidade de Saúde de Ançã. Informou que se encontram atualmente em curso intervenções em todas as Unidades de Saúde Familiar do concelho, ao abrigo do PRR, salientando que o Município de Cantanhede será dos poucos do país a ter todas estas unidades em obra simultaneamente. Referiu que a Unidade de Saúde Familiar de Ançã integra esse conjunto de intervenções. Explicou que, para permitir o normal funcionamento dos serviços durante a execução das obras, foi necessário proceder à sua deslocalização para as antigas instalações da Junta de Freguesia de Ançã. Nesse âmbito, a Junta de Freguesia realizou diversas intervenções no edifício, nomeadamente, lavagem e pintura interior, execução de uma rampa de acesso e higienização profunda do espaço, num investimento total de 5.017,94€, propondo-se agora a atribuição de um subsídio correspondente a esse valor. Acrescentou ainda que a empreitada em curso na Unidade de Saúde Familiar de Ançã representa um investimento de 244.800,00€; - O Ponto n.º 5 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima destinado à beneficiação da antiga Escola da Taboeira. Esclareceu que o valor total da obra ascende a 101.025,73€,

contando com uma comparticipação da ADELO no montante de 57.879,07€.

Acrescentou que o Município já havia financiado parte da intervenção, no valor de 31.783,38€, verificando-se agora, na fase final da obra, a necessidade de realização de trabalhos complementares no montante de 11.363,28€, IVA incluído, valor esse que se submete a deliberação; - O Ponto n.º 6, refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Cantanhede, destinado a comparticipar nas despesas com a Passagem de Ano 2025/2026, no valor de 5.000,00€; - O Ponto n.º 7 refere-se à atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, destinado ao Centro Cívico de Ourentã. Esclareceu tratar-se de uma habitação adquirida pelo Município, cuja empreitada se encontra praticamente concluída. Referiu que se verifica agora a necessidade de aquisição do mobiliário necessário ao funcionamento do espaço, representando um encargo no valor de 3.079,92€, que se propõe aprovar. - O Ponto n.º 8 refere-se à uma atribuição de um subsídio à Freguesia de Ourentã destinado à aquisição de roçadora e corta-relva no valor de 840,01€, sendo o subsídio a proposto de 252,00€; - O Ponto n.º 9 refere-se à atribuição de um subsídio no valor de 590,00€, à Freguesia de Sanguinheira para fornecimento e substituição da porta principal do Jardim de Infância da Sanguinheira; - O Ponto n.º 10, refere-se à atribuição de um subsídio no valor de 7.749, 78€, à Freguesia de Tocha para aquisição de máquinas e ferramentas; - O Ponto n.º 11, refere-se a uma atribuição de subsídio no valor de 37. 294,09€, à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para a Requalificação do Largo do Corticeiro de Cima – 2.ª fase.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia para

Acolher provisoriamente a Unidade de Saúde de Ançã»”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 -«Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cantanhede / Passagem de Ano 2025/2026», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Fornecimento de mobiliário para o Centro Cívico de Ourentã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 -«Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de roçadora e corta-relvas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 -«Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Fornecimento e Substituição da Porta Principal do Jardim de Infância da Sanguinheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à**



Camarneira, 24.628,58€, para alargamento e requalificação de cemitérios, beneficiação de capelas mortuárias e aquisição de terreno; - À União de Freguesias de Portunhos e Outil, 14.206,26€, para beneficiação do estaleiro, aquisição de maquinaria e equipamentos, construção de instalações sanitárias em Vale de Água, requalificação de abrigos de passageiros e pintura de infraestruturas; - À União de Freguesias de Sepins e Bolho, 15.963,17€, destinados à beneficiação dos cemitérios de Sepins e Bolho; - À União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, 13.320,35€, para manutenção e reparação de passeios em diversos arruamentos das localidades. Concluiu, referindo que os critérios adotados e os investimentos previstos visam reforçar a capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia e promover a melhoria das condições urbanas e dos equipamentos de proximidade em todo o concelho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 – «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de atribuição de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede / Atribuição de Apoios diversos às freguesias 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 13 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação da Câmara Municipal de 03/12/2025/ Atribuição de subsídio à Freguesia de Pocariça / Postos de Enfermagem»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que a deliberação já havia sido anteriormente aprovada pela Assembleia Municipal. Contudo, na sequência da separação da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, tornou-se necessário proceder à regularização da situação referente ao Posto de Enfermagem da Pocariça,

que sempre funcionou naquela localidade. Assim, informou que se propunha a ratificação do pagamento correspondente aos meses de julho, agosto e setembro do ano anterior, no montante total de 403,80€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 13 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação da Câmara Municipal de 03/12/2025/ Atribuição de subsídio à Freguesia de Pocariça / Postos de Enfermagem»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 14 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã, à Freguesia de Ourentã, à Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia de Pocariça e à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Postos de Enfermagem / outubro, novembro e dezembro 2025 e janeiro, fevereiro e março 2026»**.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente ao período de outubro, novembro e dezembro de 2025, os montantes a atribuir correspondiam a 780,68€ à Freguesia da Cordinhã, 821,06€ à Freguesia de Ourentã, 673,00€ à Freguesia da Sanguinheira, 632,62€ à Freguesia da Pocariça e 874,90€ à União de Freguesias de Portunhos e Outil. E ao período de janeiro, fevereiro e março de 2026, referiu que os valores propostos são de 847,98€, para a Freguesia da Cordinhã, 834,52€, para a Freguesia de Ourentã, 699,92€ para a Freguesia da Sanguinheira, 659,54€ para a Freguesia da Pocariça e 874,90€ para a União de Freguesias de Portunhos e Outil.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 14 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**



Freguesia de Tocha / Aquisição de máquinas e ferramentas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo de Corticeiro de Cima- 2.ª Fase»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Entrou-se, de seguida, no **Ponto 12 – «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de atribuição de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede / Atribuição de Apoios diversos às freguesias 2026».-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, os apoios anteriormente votados não se encontravam incluídos nos valores que iria apresentar de seguida, esclarecendo que os subsídios e as empreitadas em curso são autónomos relativamente às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia ao abrigo do Regulamento e dos Contratos Interadministrativos, destinados à gestão direta pelas respetivas freguesias de acordo com as suas necessidades e opções orçamentais. Informou que, no âmbito dos Contratos Interadministrativos, se encontravam previstos 100.000,00€ para materiais, salientando que esse montante constitui apenas uma base inicial, prevendo-se que o valor final venha a ser substancialmente superior. Acrescentou ainda os montantes de 252.726,20€, para espaços verdes, 141.471,45€, para as praias, bem como a transferência da DGAL, no valor de 210.023,00€, que deixou de ser recebida diretamente pela Câmara Municipal. Referiu ainda o valor global de 255.000,00€, relativo ao Regulamento em apreciação. Esclareceu que a fórmula de distribuição das verbas foi ajustada com o objetivo de promover uma maior coesão territorial, assegurando às freguesias de menor dimensão uma base mínima de financiamento.

Assim, foi definida uma verba base de 5.000,00€, para cada freguesia, sendo posteriormente aplicada uma fórmula de cálculo em função da área e da população. Indicou, de seguida, os montantes atribuídos e algumas das intervenções previstas por cada freguesia ou união de freguesias: - À Freguesia de Ançã, 19.339,12€, destinado, entre outras intervenções, à execução de columbários no cemitério, aquisição de viatura, trabalhos de limpeza e execução de medalhística da freguesia; - À Freguesia de Cadima, 20.560,25€, para beneficiação do Largo da Capela do Senhor das Necessidades, na localidade de Guímara; - À Freguesia de Cantanhede, 14.451,97€, para aquisição de mobiliário para a sede da Junta e equipamentos diversos destinados à beneficiação da Capela de Lemed; - À Freguesia da Cordinhã, 10.282,33€, para requalificação do Salão do Centro de Instrução e Recreio da Cordinhã; - À Freguesia de Febres, 27.680,78€, destinados ao Parque de Merendas e Lazer junto ao Complexo Desportivo de Febres, requalificação do Mercado de Febres e beneficiação do cemitério; - À Freguesia de Murteda, 12.497,04€, para requalificação do lavadouro de Murteda, eventual aquisição de terreno junto ao Parque Verde, instalação de estaleiro e requalificação do lavadouro de Enxofães; - À Freguesia de Ourentã, 11.501,53€, para reabilitação do Parque Infantil das Sete Fontes e reparação de passeios; - À Freguesia da Pocariça, 10.366,25€, destinados à aquisição ou substituição de viatura de carga e equipamentos de apoio à limpeza urbana; - À Freguesia da Sanguinheira, 16.904,77€, para arranjos urbanísticos nas Taipinas e reabilitação do Largo de São João; - À Freguesia de São Caetano, 10.554,70€, para requalificação do Parque de Merendas da Fonte das Amieiras; - À Freguesia da Tocha, 32.742,90€, destinados à beneficiação da Rua Manoel Rodrigues Batata, limpeza da vala e moinhos nas Cochadas, recuperação da entrada sul da Lactogal e construção de ossário no cemitério; - À União de Freguesias de Covões e



Freguesia de Cordinhã, à Freguesia de Ourentã, à Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia de Pocariça e à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Postos de Enfermagem / outubro, novembro e dezembro 2025 e janeiro, fevereiro e março 2026», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho de Cantanhede – Ano 2025».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual relativamente ao ponto referente à doação de bens, informou que se propunha a atribuição de diversos apoios às freguesias e uniões de freguesias do concelho. Indicou que à União de Freguesias de Covões e Camarneira seria atribuído o montante de 4.284,84€, relativo à beneficiação de uma habitação em risco de ruir, ao apoio à instalação do Espaço do Cidadão e ao fornecimento de um kit de apoio de emergência. Referiu ainda a atribuição de: - 1.453,44€ à Freguesia da Cordinhã, destinados à beneficiação do espaço verde junto ao campo de futebol; - 421,04€ à Freguesia de Ançã, relativos ao fornecimento de areia para o cemitério e de uma mesa para o Parque de Merendas; - 13,29€ à Freguesia da Sanguinheira, referentes à doação de uma bandeira estampada exterior da cidade; - 125,14€ à Freguesia de Cadima, destinados ao apoio à instalação do Espaço do Cidadão; 102,77€ à Freguesia de São Caetano, para o mesmo efeito; - 173,92€ à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, igualmente relativos ao apoio à instalação do Espaço do Cidadão.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios**

em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho de Cantanhede – Ano 2025», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios em géneros à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Polidesportivo de Cordinhã».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, de novo, a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, informou que o subsídio em causa apresentava um valor mais elevado em virtude da intervenção de requalificação do polidesportivo da Cordinhã, tratando-se de um subsídio em géneros no montante de 28.133,46€. Esclareceu que o apoio correspondeu à colocação de relva sintética no campo de jogos, incluindo a marcação para campo de futsal, tendo produzido efeitos contabilísticos no exercício de 2025.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios em géneros à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Polidesportivo de Cordinhã»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 17 – «Apreciação, discussão e votação de Desafetação do Domínio Público e permuta de terrenos/ Largo Pedro Teixeira e Travessa dos Bombeiros em Cantanhede / Jesus Marques - Imobiliária, Lda.».**--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Senhor Vereador, Fernando Pais Alves, ou ao chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Sr. Paulo Marques, a fim de efetuarem o enquadramento da proposta em apreciação.



Explicou que estava em causa um projeto de construção de um edifício com 26 apartamentos, localizado na zona da antiga Padaria Coimbra, referindo que será preservada uma habitação contígua com fachada em pedra de interesse patrimonial. Indicou ainda que o novo edifício terá frente para duas ruas. Esclareceu que a proposta resultava do interesse mútuo das partes em proceder a acertos de parcelas de terreno, quer para viabilizar a implantação do edifício, quer para assegurar a adequada utilização do espaço público e execução de passeios. Referiu igualmente que o Município receberia uma área superior à que iria ceder, salientando que os valores dos terrenos diferiam em função da sua afetação, designadamente entre áreas destinadas a passeios públicos e áreas destinadas à construção urbana.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador Fernando Pais Alves, o qual pediu ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Sr. Paulo Marques que efetuasse a apresentação e prestasse os esclarecimentos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, o qual, procedeu ao enquadramento técnico da proposta, esclarecendo que a mesma dizia respeito à desafetação de uma parcela do domínio público, referente a um edifício habitacional localizado entre o Largo Pedro Teixeira e a Travessa dos Bombeiros Voluntários. Explicou que o edifício em causa possui duas frentes, uma voltada para o Largo Pedro Teixeira e outra para a Travessa dos Bombeiros Voluntários, situando-se no extremo norte do referido Largo. Referiu ainda que a fachada existente voltada para o Largo Pedro Teixeira, caracterizada por elementos arquitetónicos de interesse, seria preservada no âmbito da intervenção. Acrescentou

que o alinhamento proposto incidia sobretudo na zona posterior do edifício, correspondente à frente confinante com a Travessa dos Bombeiros Voluntários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, interrompeu para esclarecer melhor a localização do imóvel em causa, fazendo referência que se tratava da antiga casa da família Santiago.-----

----- Retomou novamente a palavra o Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental chamando a atenção, para a zona localizada junto ao passeio existente na Travessa dos Bombeiros Voluntários e assinalando que, atualmente, o mesmo apresenta uma largura muito reduzida. Explicou que o terreno do promotor se encontrava delimitado na planta apresentada e que, tratando-se de uma construção em banda, o proprietário teria legitimidade para alinhar o edifício pelo limite original do terreno. Contudo, referiu que essa solução deixaria o espaço público bastante condicionado, resultando num passeio com largura inferior a 1,20m, o que considerou inadequado para a circulação pedonal. Nesse sentido, informou que, em articulação com o promotor, foi apresentada uma proposta de acerto de áreas, prevendo-se a desafetação de cerca de 13,40m² do domínio público para posterior cedência ao promotor, cedendo este, ao domínio público a área de aproximadamente 28,40m², permitindo assim criar um alinhamento regular do edifício e garantir um espaço público mais amplo e funcional.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, questionando sobre a avaliação das áreas permutadas.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, o qual acrescentou que ambas as parcelas objeto da permuta foram avaliadas no montante de 5.964,00€, pelo que a operação



não implica qualquer encargo financeiro para as partes, tratando-se de uma permuta de áreas de valor equivalente. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, referiu que a informação constante do processo e as imagens apresentadas permitiam compreender com clareza a solução proposta, salientando que a operação previa uma desafetação e uma cedência de parcela, possibilitando simultaneamente o melhoramento do espaço público e o alinhamento adequado do edifício. Questionou depois os Membros da Assembleia sobre a existência de dúvidas ou pedidos de esclarecimento adicionais e, em tom informal, perguntou ainda se a construção avançaria rapidamente ou se se previa um período prolongado até ao início da obra.-----

----- Tomou novamente a palavra o Sr. Paulo Marques, o qual, referiu que se tratava de uma construção que, no atual contexto, acompanhava o bom ritmo de investimento e edificação que se vinha verificando na cidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – «Apreciação, discussão e votação de Desafetação do Domínio Público e permuta de terrenos/ Largo Pedro Teixeira e Travessa dos Bombeiros em Cantanhede / Jesus Marques - Imobiliária, Lda.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 18 – «Declaração de adaptação à 3.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede / Classificação da Casa da Cumieira como imóvel de interesse municipal / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, informou que a Sr.ª Maria Madalena Giraldes Barba Pessoa Jorge Oudinot Larcher solicitou a classificação patrimonial da denominada

Casa da Cumieira, incluindo o edifício e o respetivo jardim envolvente, situada na Rua de São Tomé, n.º 49, na localidade e Freguesia da Pocariça da qual é proprietária. Referiu ainda que tinha sido emitido despacho favorável por parte do Património Cultural relativamente à classificação do imóvel e do jardim como Monumento de Interesse Municipal, solicitando posteriormente ao Sr. Vereador, Fernando Pais Alves, ou ao Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental que procedessem ao respetivo enquadramento técnico.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, o qual, esclareceu que a proposta em apreciação dizia respeito a uma alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM), decorrente da classificação da Casa da Cumieira, situada na Freguesia da Pocariça, como Monumento de Interesse Municipal. Referiu que a classificação havia sido solicitada pela própria proprietária do imóvel e que o Município considerou existir fundamento para a sua valorização patrimonial, atendendo às características arquitetónicas singulares do edifício. Informou que o processo foi submetido ao Património Cultural, entidade que emitiu parecer favorável, tendo posteriormente a Câmara Municipal deliberado aprovar a respetiva classificação. Acrescentou que a classificação foi publicada através do Edital n.º 187/2026 e que, na sequência desse ato, tornou-se necessário proceder à atualização do Plano Diretor Municipal, integrando a nova classificação patrimonial nos instrumentos de gestão territorial, nos termos da legislação aplicável. Explicou que o procedimento de alteração por adaptação compreendia três fases: a emissão da declaração da Câmara Municipal, já efetuada; a comunicação da alteração à Assembleia Municipal, que constituía o objeto da presente informação; e a posterior comunicação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



(CCDRC), culminando com a respetiva publicação em Diário da República. Informou ainda que, as alterações incidiam sobre a planta de ordenamento relativa ao património arquitetónico e arqueológico, a planta de condicionantes referente às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo a definição da respetiva zona de proteção, bem como sobre o anexo do PDM que identifica os imóveis de interesse patrimonial, passando a Casa da Cumieira a constar da listagem com a designação "7A".-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, solicitou esclarecimentos sobre as motivações que estiveram na origem do pedido de classificação do imóvel por parte dos proprietários, bem como sobre as implicações futuras decorrentes da sua classificação como Monumento de Interesse Municipal, designadamente ao nível dos direitos, deveres e condicionamentos associados ao edifício.-----

----- Respondeu o Sr. Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, esclarecendo que a classificação do imóvel implicava a definição de uma zona de proteção envolvente, conforme assinalado na planta de servidões, referindo que quaisquer intervenções ou operações urbanísticas a realizar dentro dessa área ficariam sujeitas à obtenção de parecer prévio da entidade competente na área do património cultural.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, questionou os Membros da Assembleia sobre a eventual existência de dúvidas ou pedidos de esclarecimento adicionais relativamente ao assunto em apreciação, concedendo de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual agradeceu os esclarecimentos prestados e manifestou satisfação pela classificação de imóveis de interesse municipal, considerando que tais iniciativas contribuem para a valorização do património local. Aproveitou a ocasião para lançar o repto de ser criado um roteiro municipal dedicado aos imóveis e espaços

de interesse patrimonial, arquitetónico e turístico existentes no concelho, entendendo que tal instrumento poderia contribuir para a sua divulgação e valorização. Destacou igualmente a importância das pedreiras da Gândara de Vila Nova, defendendo que constituem um elemento relevante do património histórico e cultural do concelho, pelo papel que desempenharam na atividade económica e na subsistência de muitas famílias ao longo dos anos. Considerou, por isso, que o Município deveria dedicar especial atenção à preservação e valorização das pedreiras ainda existentes, apesar do estado de abandono ou destruição de algumas delas. Concluiu sublinhando a necessidade de continuar a proteger e promover os diversos elementos do património local, incluindo as casas tradicionais gandraesas e outros imóveis de valor histórico e arquitetónico existentes no concelho, que considerou constituírem uma das suas principais riquezas patrimoniais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, questionou uma vez mais, os Membros presentes sobre a existência de mais pedidos de esclarecimento, referindo não ter dúvidas de que o Executivo Municipal mantém uma atenção particular à preservação e valorização do património concelhio. Acrescentou que, para além dos exemplos já mencionados, poderiam igualmente ser considerados outros elementos patrimoniais relevantes, como os Fornos da Cal, integrados em roteiros e iniciativas de valorização já existentes. Informou, por fim, que o assunto era apresentado à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 19 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Cantanhede a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a GNR»**.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta dizia respeito à celebração de um Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município e as entidades competentes da Administração Central, com vista à realização de obras de reabilitação e beneficiação do edifício onde se encontra instalado o Posto Territorial da GNR de Cantanhede. Referiu que o imóvel é propriedade do Município de Cantanhede e que a intervenção prevista incide essencialmente na reparação de infiltrações e na execução de outras obras de conservação e requalificação necessárias ao adequado funcionamento das instalações. Esclareceu que, ao abrigo do contrato a celebrar, o Município assumirá a qualidade de dono da obra e a responsabilidade integral pela condução dos procedimentos de contratação pública associados à empreitada. Acrescentou que o investimento seria financiado pelo Ministério da Administração Interna, até ao montante máximo de 265.000,00€, salientando, contudo, que qualquer acréscimo de custos resultante de trabalhos complementares ou de situações imprevistas que viessem a surgir durante a execução da obra terá de ser suportado pelo Município. Manifestou a expectativa de que o procedimento fosse conduzido de forma a respeitar o valor previsto, permitindo concretizar a reabilitação do edifício e assegurar melhores condições de funcionamento para os militares da GNR e para todos os cidadãos que recorrem aos serviços prestados naquele posto territorial.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Cantanhede a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral**

do Ministério da Administração Interna e a GNR», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 20 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Anã a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a GNR».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta relativa ao Posto Territorial da GNR de Anã seguia os mesmos moldes da proposta anteriormente apresentada para o Posto Territorial de Cantanhede, tendo por objeto a reparação de infiltrações e a realização de obras de beneficiação e reabilitação do edifício onde se encontram instaladas aquelas instalações. Esclareceu que o Município assumiria igualmente a qualidade de dono da obra e a responsabilidade pela condução dos respetivos procedimentos de contratação pública, acrescentando que o financiamento previsto para a intervenção tinha como limite máximo o montante de 159.000,00€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação da Infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Anã a celebrar entre o Município de Cantanhede e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a GNR», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para a cessão da posição contratual – Contrato n.º 83/2025 / Concessão da Exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo**



de Cantanhede / Requerentes: Rosto do Sucesso, Lda. (Cedente) e Chic Number, Lda. (Cessionário) / Alterações das condições da Concessão».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta dizia respeito à cedência da posição contratual relativa ao contrato de concessão n.º 83/2025, referente à exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede. Referiu que a sociedade concessionária inicial, Rosto do Sucesso, Lda., através da respetiva mandatária, comunicou formalmente a desistência e retirada integral da comunicação anteriormente apresentada, manifestando a intenção de privilegiar uma solução consensual, estável e conforme aos princípios da boa-fé e da cooperação institucional. Acrescentou que a referida sociedade declarou expressamente concordar com a cedência da respetiva posição contratual e que, a entidade interessada manifestou a sua disponibilidade para assumir a posição de concessionária, aceitando integralmente os termos e condições constantes do procedimento concursal e do respetivo caderno de encargos, bem como todas as obrigações decorrentes do contrato inicialmente celebrado. Esclareceu que, as condições da concessão se mantinham inalteradas, verificando-se apenas a necessidade de fixar um novo prazo para a execução das obras previstas, propondo-se a concessão de um período adicional de seis meses para a sua concretização, em virtude da alteração da entidade concessionária. Acrescentou que a nova concessionária ficaria associada à estrutura da SAD do Marialvas, mantendo-se inalterados os restantes pressupostos que estiveram na base da adjudicação inicialmente aprovada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr. Pedro Marques, o qual, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o processo de cedência da posição contratual, referindo que os membros da Assembleia não tiveram acesso ao contrato

de concessão inicialmente celebrado, pelo que pretendia compreender as circunstâncias que motivaram a comunicação apresentada pela mandatária da concessionária originária. Observou que a situação parecia decorrer do incumprimento das obrigações contratuais assumidas pela concessionária inicial, designadamente no que respeita à realização das obras previstas, questionando quais as intervenções que deveriam ter sido executadas e em que medida as mesmas não foram concretizadas. Relativamente à entidade proposta para assumir a posição contratual, referiu ter verificado que se tratava de uma sociedade constituída recentemente, com capital social reduzido, circunstâncias que, no seu entendimento, suscitavam dúvidas quanto à respetiva experiência operacional, capacidade financeira e meios humanos para assegurar a exploração do espaço e a execução das obrigações associadas à concessão. Questionou ainda se a atribuição de um novo prazo para a realização das obras, na sequência da cedência da posição contratual, poderia colidir com os limites legais aplicáveis à modificação objetiva dos contratos administrativos. Por último, perguntou se não seria mais adequado fazer operar as consequências contratuais decorrentes do incumprimento da concessionária inicial e promover a abertura de um novo procedimento concursal para a atribuição da concessão, em vez de autorizar a cedência da posição contratual nos termos propostos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, esclareceu que a situação foi objeto de análise pelos serviços municipais, tendo sido ponderados os diversos aspetos jurídicos e procedimentais associados à cedência da posição contratual. Referiu que existe interesse municipal na conclusão da intervenção prevista para o espaço destinado ao restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede, salientando que, apesar de o

restante complexo se encontrar concluído, aquela área permanece por finalizar, encontrando-se apenas executada a estrutura base da construção. Explicou que, nos termos da concessão inicialmente adjudicada, competia ao concessionário realizar todas as obras interiores necessárias e proceder ao respetivo apetrechamento e equipamento. Indicou que a concessionária inicial não deu seguimento às obrigações assumidas, circunstância que associou a vicissitudes relacionadas com as ligações existentes à época com o clube desportivo, considerando, contudo, que essas matérias não relevavam para a apreciação do processo, centrando-se o Município apenas no cumprimento das condições estabelecidas no procedimento concursal. Acrescentou que a nova entidade interessada, associada à estrutura societária atualmente ligada à SAD do Marialvas, manifestou disponibilidade para assumir integralmente a posição contratual da concessionária inicial, aceitando todas as obrigações e condições anteriormente estabelecidas e comprometendo-se a avançar com a execução das obras necessárias à entrada em funcionamento do espaço. Concluiu referindo que o objetivo da solução proposta era permitir que a intervenção fosse concretizada com a maior brevidade possível, solicitando posteriormente ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão que complementasse os esclarecimentos prestados, designadamente quanto ao enquadramento jurídico e às diligências efetuadas pelos serviços municipais.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão o qual, esclareceu que o processo foi devidamente analisado e informado pelos serviços jurídicos do Município, encontrando-se assegurada a sua conformidade legal e procedimental. Referiu que a situação resultou da alteração das relações existentes entre a concessionária inicial e

o anterior investidor associado ao clube, circunstância que conduziu à cessação desse vínculo e ao surgimento de um novo investidor interessado em assumir a concessão. Acrescentou que a solução proposta permitia dar continuidade ao procedimento já desenvolvido, mantendo-se inalteradas as condições inicialmente definidas. Salientou que a opção de extinguir a concessão e promover um novo procedimento concursal implicaria o reinício de todo o processo administrativo, com os inerentes atrasos na concretização do projeto. Observou ainda que o Município possui atualmente outros processos de natureza semelhante, designadamente na Praia da Tocha, onde subsistem situações pendentes e processos de execução em curso, pelo que a possibilidade de assegurar a continuidade da concessão através da cedência da posição contratual foi considerada a solução mais adequada e eficiente. Concluiu reiterando que todos os procedimentos foram devidamente apreciados pelos serviços competentes e se encontravam juridicamente sustentados.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para a cessação da posição contratual – Contrato n.º 83/2025 / Concessão da Exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede / Requerentes: Rosto do Sucesso, Lda. (Cedente) e Chic Number, Lda. (Cessionário) / Alterações das condições da Concessão»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 27 votos a favor e 7 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de assunção do compromisso plurianual do concurso público para: “Prestação de Serviços para a certificação legal de contas do Município de Cantanhede” – CP-CCP-ABS n.º 14/2026»**.-----



-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a proposta se destinava a obter autorização para a assunção de encargos plurianuais associados ao procedimento de contratação da prestação de serviços de certificação legal de contas do Município. Referiu que se encontrava prevista a abertura de um concurso público para a aquisição daqueles serviços, com um preço base estimado de 60.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de vigência de 48 meses, compreendido entre 1 de julho de 2026 e 30 de junho de 2030. Esclareceu que o assunto era submetido à apreciação da Assembleia Municipal não para aprovação do procedimento concursal em si, mas em virtude da repartição dos encargos por vários exercícios económicos, abrangendo os anos de 2026 a 2030. Acrescentou que a despesa seria distribuída pelos respetivos exercícios orçamentais de acordo com o período de execução contratual, sendo necessária, nos termos legais aplicáveis, a autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção dos correspondentes compromissos plurianuais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentou que, a entidade que viesse a ser selecionada através do procedimento concursal asseguraria a prestação dos serviços de certificação legal de contas durante todo o período contratual previsto, abrangendo a totalidade do mandato autárquico em curso e mantendo funções até 2030, incluindo a certificação e apreciação das contas relativas aos exercícios abrangidos pelo contrato.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de assunção do compromisso plurianual do concurso público para: “Prestação de Serviços**

para a certificação legal de contas do Município de Cantanhede” – CP-CCP-ABS n.º 14/2026», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Individuais e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2025».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual iniciou a apresentação da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2025, começando por agradecer o empenho e o trabalho desenvolvido por todos os trabalhadores do Município, destacando o contributo dos diversos serviços municipais e, em particular, da Divisão Financeira, para a preparação do documento em causa. Referiu que os municípios enfrentam atualmente desafios acrescidos decorrentes da elevada procura de financiamento e da concretização de múltiplos projetos, muitas vezes condicionados pela escassez de recursos técnicos especializados nas áreas de projeto, contratação pública e acompanhamento administrativo. Salientou que o Município de Cantanhede se encontra envolvido num conjunto significativo de investimentos, designadamente nas áreas da saúde, educação, ambiente, reabilitação urbana, cultura e desporto, mencionando, entre outros exemplos, as intervenções nos centros de saúde, escolas, Biblioteca Municipal, Arquivo, Pavilhão do Marialvas, futuro Centro de Ginástica e Auditório. Sublinhou que a concretização daqueles projetos exige uma forte articulação entre as componentes técnica, administrativa e financeira, bem como um acompanhamento rigoroso e permanente, destacando o esforço desenvolvido pelos serviços municipais para assegurar a preparação de projetos, procedimentos de contratação e candidaturas. No enquadramento da Prestação de Contas, referiu que os documentos apresentados incluem as demonstrações financeiras e orçamentais

legalmente exigidas, permitindo avaliar a situação económica e financeira do Município, bem como o cumprimento dos principais indicadores de gestão. Destacou que a receita corrente arrecadada durante o exercício se revelou suficiente para financiar a despesa corrente e assegurar as amortizações médias dos empréstimos, evidenciando o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e uma execução financeira compatível com os objetivos definidos pelo Município. Acrescentou que a poupança corrente registada no exercício apresentava um valor significativo, próximo dos 6,8 milhões de euros, esclarecendo que esse resultado traduzia a capacidade do Município para conter a despesa corrente e gerar recursos destinados ao financiamento de despesa de capital e à realização de investimentos. Referiu que a análise da execução da receita demonstrava um desempenho positivo e estável das diversas fontes de financiamento municipal, designadamente ao nível dos impostos diretos, transferências correntes e restantes rendimentos, evidenciando uma evolução consistente e uma boa capacidade de arrecadação de receita. Mencionou que existem realidades muito distintas entre os municípios portugueses, observando que alguns concelhos dispõem de elevados recursos próprios, provenientes sobretudo das receitas de IMI e IMT, o que lhes confere uma reduzida dependência das transferências do Estado. Salientou, contudo, que muitos outros municípios apresentam uma maior dependência dessas transferências, considerando relevante acompanhar os efeitos que poderão resultar da futura revisão da Lei das Finanças Locais na distribuição dos recursos financeiros pelas autarquias. A Senhora Presidente da Câmara destacou ainda, a relevância das principais fontes de receita municipal, designadamente os impostos diretos, as transferências correntes, os rendimentos de propriedade e as restantes receitas correntes e de capital, referindo que a respetiva evolução evidencia uma capacidade consistente de financiamento por

parte do Município. Salientou que essa estabilidade financeira tem permitido assegurar a cobertura orçamental necessária para avançar com empreitadas e investimentos, incluindo projetos já consignados ou em fase de candidatura, conferindo ao Município a margem de segurança indispensável para suportar financeiramente as intervenções enquanto aguarda a aprovação e o reembolso dos financiamentos externos. Acrescentou que a evolução da receita ao longo dos últimos exercícios confirma a consistência da gestão financeira municipal e a manutenção de uma situação económica favorável, que tem permitido prosseguir a estratégia de investimento definida pelo Executivo. Relativamente à despesa com pessoal, referiu que o seu crescimento resulta, em grande medida, do processo de transferência de competências para os municípios, o qual implicou um aumento significativo do quadro de trabalhadores. Informou que o grupo autárquico integra atualmente cerca de 800 funcionários, circunstância que se reflete naturalmente no aumento dos encargos com pessoal e no peso daquela rubrica no orçamento municipal. Esclareceu, contudo, que uma parte daqueles custos é compensada através das verbas transferidas pelo Estado no âmbito das competências delegadas, embora subsistam encargos adicionais que são suportados diretamente pelo Município. Informou também, que a taxa de execução da despesa no exercício de 2025 se situou nos 79,94%, destacando o crescimento de 9,21% da despesa com pessoal, resultado do aumento da atividade municipal e das responsabilidades assumidas pelo Município no âmbito da transferência de competências. Esclareceu que os encargos associados ao reforço do quadro de pessoal não se limitam aos trabalhadores diretamente integrados nos serviços transferidos, referindo que o aumento do número de funcionários implica igualmente o reforço das estruturas de apoio, nomeadamente nas áreas de recursos humanos, contratação pública e serviços técnicos, circunstância que se reflete no



acréscimo dos custos de funcionamento. Relativamente às diferentes funções municipais, referiu que a despesa se distribui pelas áreas de administração geral, proteção civil, funções sociais, funções económicas e transferências para outras administrações públicas, designadamente para as juntas de freguesia. Salientou que a contenção verificada na despesa administrativa constitui um indicador positivo de eficiência interna, permitindo libertar recursos para investimento noutras áreas prioritárias. Destacou que as funções sociais continuam a representar a principal componente da despesa municipal, ultrapassando 50% da despesa total, com uma dotação próxima dos 19 milhões de euros e uma taxa de execução próxima dos 70%. Referiu que a educação permanece como um dos principais pilares da atuação municipal, não apenas através da gestão das competências transferidas pelo Estado, mas também mediante os investimentos em requalificação e melhoria das infraestruturas educativas. No setor da saúde, informou que prosseguem os trabalhos associados à instalação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde no Complexo Hospitalar Rovisco Pais, referindo que já lá decorrem ações de pós-graduação e que está prevista para breve a abertura da licenciatura. Acrescentou que foi celebrado um acordo com a Unidade Local de Saúde de Coimbra para a realização de obras de adaptação no denominado Hotel Branco, imóvel protocolado com a APPACDM, com vista à criação de uma primeira resposta de alojamento para estudantes, através de financiamento partilhado entre o Município e aquela entidade. Relativamente à habitação, reiterou tratar-se de uma área prioritária para o Município, manifestando expectativa quanto ao acompanhamento e financiamento por parte do IHRU, do PRR e de outros programas de apoio, cuja evolução está a ser acompanhada em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Na área da cultura, salientou que os investimentos previstos para equipamentos como o Auditório Municipal, a Biblioteca e o Arquivo Municipal terão expressão mais significativa nos próximos exercícios orçamentais, contribuindo para o reforço do investimento no setor. Referiu que o Município tem realizado um forte investimento na área do Desporto, considerando que os resultados alcançados justificam a continuidade dessa aposta. Em relação às funções económicas, destacou os investimentos realizados em áreas como a agricultura, indústria, transportes rodoviários, mercados, feiras e turismo, observando que nem todas as iniciativas desenvolvidas pelo Município se encontram integralmente refletidas nas respetivas rubricas orçamentais, em particular no setor do turismo, cuja atividade beneficia de investimentos distribuídos por diferentes áreas de intervenção municipal. Referiu que a atividade desenvolvida nas áreas do turismo, agricultura, transportes, acessibilidades e desenvolvimento industrial não se encontra integralmente refletida nas respetivas rubricas orçamentais, uma vez que muitos dos investimentos que contribuem para a atratividade e competitividade do concelho se distribuem por diferentes áreas de atuação municipal. Abordou o trabalho que tem vindo a ser realizado no setor agrícola, adiantando que o Município pretende apresentar futuramente novas iniciativas e desafios considerados estratégicos para o concelho. Salientou igualmente os investimentos efetuados ao nível das infraestruturas viárias, dos transportes e das zonas industriais, considerando que estas últimas atravessam uma fase particularmente positiva, marcada por uma elevada procura e atratividade empresarial. Relativamente à estrutura da despesa municipal, referiu que a distribuição dos recursos evidencia coerência com as prioridades estratégicas definidas pelo Município, encontrando-se a despesa repartida pelas funções sociais, gerais e económicas, que representam a maior parte da execução das Grandes

Opções do Plano. Informou que o saldo de gerência a transitar para o exercício de 2026 ascende a 4.971.084,03€, esclarecendo que 3.817.000,00€ desse montante se encontram consignados ao pagamento de despesas associadas a projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Considerou que este facto demonstra o elevado envolvimento do Município na captação e execução de investimentos financiados por fundos comunitários. Acrescentou que o saldo disponível permite iniciar o exercício de 2026 com autonomia financeira e capacidade para avançar com novos projetos, constituindo igualmente um reflexo do rigor e da eficácia da gestão administrativa e financeira desenvolvida pelos serviços municipais. Relativamente aos principais indicadores financeiros, destacou que os rácios analisados evidenciam uma situação equilibrada, designadamente ao nível da cobertura da despesa pelas receitas, da relação entre receitas e despesas correntes, da estrutura da despesa e do peso dos encargos com pessoal. Informou ainda que o prazo médio de pagamento a fornecedores se situou nos 15 dias, considerando tratar-se de um indicador muito positivo, que traduz a capacidade do Município para cumprir atempadamente as suas obrigações financeiras. Referiu que os procedimentos contratuais preveem, em regra, prazos de pagamento de 30 ou 60 dias, embora o Município procure frequentemente efetuar pagamentos antecipados sempre que exista disponibilidade e interesse por parte dos fornecedores. Concluiu salientando que este desempenho é amplamente reconhecido pelos agentes económicos e constitui um reflexo da eficiência, rigor e credibilidade financeira do Município, que continua a assegurar o pagamento das suas responsabilidades sem acumulação de dívida vencida em condições de pagamento. Referiu que se verificou um acréscimo do endividamento municipal face ao exercício anterior, explicando que essa evolução resulta essencialmente da utilização do empréstimo anteriormente contratado para

financiar intervenções na rede viária, designadamente na execução de pavimentações em betuminoso. Salientou, contudo, que o Município continua a apresentar uma situação financeira confortável, mantendo uma margem significativa de endividamento disponível face aos limites legalmente estabelecidos. Considerou, por isso, que a autarquia dispõe de capacidade para recorrer a financiamento bancário adicional, caso tal venha a revelar-se necessário para a concretização de investimentos considerados estratégicos para o concelho. No que diz respeito à análise do balanço, referiu que os documentos disponibilizados aos Membros da Assembleia permitem observar a evolução positiva dos ativos municipais, distinguindo entre ativo não corrente e ativo corrente, bem como a evolução do passivo. Esclareceu que o aumento registado no passivo se encontra associado às operações financeiras e aos investimentos em curso, salientando, contudo, que o passivo corrente se manteve praticamente estável. Concluiu referindo que a análise efetuada pela Divisão Financeira evidencia uma situação patrimonial equilibrada e uma estrutura financeira sólida, avaliação com a qual manifestou concordância. Por fim apresentou a demonstração de resultados do exercício, referindo que o resultado antes de depreciações registou uma diminuição de 11,75% face ao ano anterior, situando-se em cerca de 9,5 milhões de euros. Destacou, contudo, a evolução positiva dos restantes indicadores, salientando que o resultado operacional apresentou uma melhoria significativa, na ordem dos 66,66%, e que o resultado líquido do período registou um crescimento expressivo de 135,04% relativamente a 2024, atingindo aproximadamente 820 mil euros. Considerou que aqueles valores evidenciam uma recuperação relevante da rentabilidade e uma evolução positiva do desempenho financeiro do Município. Referiu igualmente que o património líquido municipal aumentou para cerca de 165,8 milhões de euros, enquanto o capital social se manteve

inalterado. Acrescentou que as reservas registaram um crescimento moderado, refletindo a incorporação dos resultados positivos alcançados no exercício. Relativamente aos principais rácios financeiros, destacou os indicadores de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira, referindo que todos apontam para uma situação financeira sólida, sem dificuldades de tesouraria a curto prazo e com uma forte predominância de capitais próprios. Informou ainda que a proposta de aplicação do resultado líquido prevê a afetação de 41.036,04€ a reservas legais e de 779.684,74€ a reservas livres. Concluiu referindo que os diversos indicadores financeiros e orçamentais confirmam a existência de uma situação financeira equilibrada, caracterizada por elevados níveis de liquidez e autonomia financeira, reduzido o nível de endividamento face aos limites legais e uma gestão prudente dos recursos municipais. Destacou, neste contexto, a poupança corrente de cerca de 6,7 milhões de euros, disponibilidades próximas dos 6,1 milhões de euros, um saldo de gerência de 4,9 milhões de euros e um prazo médio de pagamento a fornecedores de 15 dias. Sugeriu aos presentes para lerem a observação constante do relatório dos Auditores relativa à ausência das divulgações previstas na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, referindo que essa situação decorre das limitações ainda existentes no sistema informático de gestão financeira utilizado pelo Município. Explicou que a aplicação atualmente disponibilizada pela AIRC ainda não permite produzir integralmente a informação exigida por aquela norma, motivo pelo qual não foi possível incluir os elementos correspondentes no relatório de gestão. Acrescentou que se trata de um processo que se encontra em fase de aperfeiçoamento e desenvolvimento, manifestando a expectativa de que, logo que o sistema disponha das funcionalidades necessárias, o Município passe a efetuar esse reporte de forma regular. Salientou ainda que a implementação plena da contabilidade

de gestão constitui um objetivo há muito identificado pelo Município, considerando tratar-se de um instrumento relevante para o apoio à decisão e para o reforço da eficiência da gestão municipal. Concluída a apresentação, solicitou que fosse apresentado um breve vídeo ilustrativo de algumas das principais iniciativas e atividades desenvolvidas no concelho ao longo do período em análise, esclarecendo que a seleção apresentada não abrange a totalidade da atividade municipal, destinando-se apenas a evidenciar alguns exemplos representativos da intervenção do Município. -----

----- Finalizada a apresentação, o Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual efetuou um reparo relativamente ao vídeo apresentado no decurso da apreciação da Prestação de Contas, referindo que, em determinados momentos, teve a perceção de que a discussão se afastava da análise dos documentos financeiros e da atividade objeto da prestação de contas, aproximando-se de uma ação de promoção institucional do Município. Considerou, na sua opinião, que aquele não seria o momento mais adequado para a apresentação de conteúdos com natureza promocional relacionados com a atividade do Executivo, entendendo que a sessão deveria centrar-se essencialmente na apreciação da Prestação de Contas e dos respetivos resultados.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu novamente a palavra à Senhora Presidente da Câmara, a qual respondendo à observação anteriormente formulada, manifestou discordância quanto à interpretação de que a apresentação do vídeo tivesse natureza promocional, uma vez que a Prestação de Contas não se limita à análise dos resultados financeiros e integra igualmente um Relatório de Gestão destinado a evidenciar a atividade desenvolvida pelo Município ao longo do exercício, razão pela qual considerou legítima a apresentação de exemplos representativos do

trabalho realizado nas diferentes áreas de intervenção municipal. Salientou que era a primeira vez que era suscitada uma crítica dessa natureza no âmbito da apreciação daqueles documentos, defendendo que iniciativas municipais relevantes, como a Expofacic e muitas outras atividades promovidas pelo Município, constituem matéria enquadrável no Relatório de Gestão e justificam a sua divulgação nesse contexto. Acrescentou que a apresentação exibida teve igualmente como objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido em áreas menos visíveis para a população, designadamente ao nível das zonas industriais e de outros setores da atividade municipal, permitindo uma visão mais abrangente da intervenção do Município. Considerou ainda injusto que a iniciativa fosse interpretada como mera promoção do Executivo, sublinhando que a apresentação foi preparada pelos trabalhadores municipais e destinava-se a valorizar o trabalho desenvolvido pelos serviços e pelos seus profissionais. Referiu também que, encontrando-se em fase final de mandato, não sentia necessidade de utilizar aquele momento para qualquer forma de promoção política, afirmando que a sua principal preocupação continua a ser a defesa dos interesses do concelho. Concluiu reafirmando o compromisso de continuar a valorizar e divulgar o trabalho realizado no Município, destacando o contributo dos Presidentes de Junta, dos trabalhadores municipais e de todos os que colaboram no desenvolvimento do concelho, admitindo que futuras apresentações possam continuar a evidenciar a atividade municipal de forma semelhante ou ainda mais abrangente.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Individuais e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2025»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 27 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----Após a votação o Sr. Rogério Marques, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da Bancada do Partido PSD, do seguinte teor: *“Uma palavra de apreço a toda a equipa técnica responsável pela elaboração do extenso e detalhado relatório de gestão e prestação de contas e à naturalmente à Sra. Presidente e ao restante executivo, pela definição das estratégias e pelo rigor que imprime a estes documentos. As contas do Município de Cantanhede relativas ao exercício de 2025 evidenciam um desempenho financeiro sólido, responsável e orientado para o investimento. Os indicadores orçamentais, económicos e financeiros confirmam uma gestão equilibrada que cumpre integralmente a legislação aplicável e reforça a capacidade da autarquia para responder às necessidades dos seus munícipes. Os pontos que se seguem sintetizam os principais fundamentos que sustentam a votação favorável da bancada do PSD. Em 2025, a receita corrente cobrada (32,4 milhões de euros) superou a despesa corrente (25,7 milhões de euros), com uma poupança de 6,7 milhões de euros, cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental exigido pela Lei n.º 73/2013. O rácio entre receita total e despesa total atingiu 111,46%, o que significa que a autarquia gerou mais receitas do que despesas, produzindo um superavit orçamental de 11,46% o que reforça a situação de equilíbrio e sustentabilidade financeira do Município, sem necessitar de recorrer a endividamento para financiar o seu funcionamento corrente. O saldo de gerência a transitar para 2026 ascende a 4,97 milhões de euros, mais do dobro do valor transitado do ano anterior (+105,85%). As disponibilidades em caixa e depósitos bancários cresceram 78,1%, de 3,5 para 6,2 milhões de euros (cresceram ca. 2,7 milhões de euros), reforçando substancialmente a capacidade de resposta a compromissos imediatos e a novos investimentos. A despesa de capital cresceu 48% face a 2024, representando mais 6,1 milhões de euros e totalizando 18,7 milhões de*



euros em investimentos realizados — o nível mais elevado dos últimos quatro anos. Este esforço abrangeu obras na Escola Secundária Lima de Faria, requalificação do Centro de Saúde de Cantanhede e de diversas unidades de saúde do concelho, continuação da requalificação da rede viária (3.ª fase), ampliação de zonas industriais e intervenções em habitação (Requalificação no Bairro vicentino) e espaço público de modo a melhorar as condições de vida e atratividade do concelho. As Grandes Opções do Plano registaram uma execução de 73,92%, com pagamentos crescendo 34% face ao exercício anterior, o que demonstra uma aceleração consistente da execução dos projetos estratégicos da autarquia. O resultado líquido do exercício de 2025 foi de 820.721€, um crescimento de 135% face aos 349.177 euros registados em 2024. O resultado operacional cresceu 66,66%, sustentado pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos (+9,3%), pelo crescimento da receita fiscal (+1,2%) e por uma contenção eficaz dos gastos operacionais. Este desempenho confirma a melhoria progressiva do equilíbrio económico-financeiro da autarquia. Quanto à variação do passivo, ela é globalmente expressiva, em virtude das necessidades de financiamento do investimento empreendido, mas o Município mantém-se confortavelmente dentro dos limites legais de endividamento, com um rácio de dívida total de 0,26%. Município utilizou apenas 26,36% da sua capacidade legal de endividamento, com uma margem disponível de cerca de 30,9 milhões de euros. O rácio da dívida total do grupo municipal situou-se em 0,40, muito abaixo do limite máximo de 1,5 fixado pelo RFALEI. O prazo médio de pagamento a fornecedores foi de 15 dias, metade do limite legal (30 dias) e bem abaixo da média nacional dos municípios (22 dias em 2024), demonstrando assim a continuidade de uma política de pagamentos responsável. Os indicadores económico-financeiros confirmam a consistência do modelo de gestão que tem vindo a ser seguido pelo

executivo da Dra. Helena Teodósio, de modo a tirar o melhor partido das oportunidades de financiamento. Realçar que as funções sociais destinadas à melhoria da qualidade de vida das populações representaram 50,7% do total dos pagamentos no âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP) onde a educação assume especial relevo, mas também que incluem a saúde, a habitação, o urbanismo, proteção social, cultura, desporto e lazer ou ambiente. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente da prestação de contas individuais e relatório de gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2025.”-----

----- Também o Sr. Guilherme Santos, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da Bancada do Partido PS do seguinte teor: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. A apreciação dos documentos de prestação de contas deve ser feita com rigor, sentido institucional e responsabilidade política. Não para transformar indicadores positivos numa validação automática da ação do Executivo, nem para construir oposição artificial quando os dados não evidenciam descontrolo financeiro ou desequilíbrio orçamental. E convém dizer isto com toda a clareza: não estamos perante contas em rutura, nem perante uma situação de instabilidade financeira. Pelo contrário, os documentos apresentados evidenciam um Município com contas equilibradas, com capacidade de resposta no curto prazo e com indicadores de liquidez reforçados. Regista-se um aumento da atividade municipal, um crescimento da despesa executada e uma evolução positiva do resultado líquido, bem como o cumprimento dos limites legais de endividamento. Estes são dados objetivos que devem ser reconhecidos. Mas uma análise exigente não pode ficar por aqui. Quando descemos do plano dos valores globais para o plano



da execução, surgem questões que não devem ser ignoradas. Desde logo, a execução orçamental evidencia uma evolução menos favorável face ao ano anterior. Apesar do aumento da despesa, a taxa de execução, em particular ao nível do investimento, registou uma redução. Isto significa que o aumento da atividade não foi acompanhado por uma melhoria proporcional da capacidade de concretização. Dito de forma simples: gastou-se mais, mas executou-se menos do que estava previsto. E isso não é um detalhe técnico. É um sinal que merece reflexão, porque está diretamente ligado à eficácia da ação pública e ao impacto real das políticas no território. Também ao nível da receita, mantém-se uma realidade estrutural que importa não ignorar. A forte dependência de transferências e de impostos continua a marcar a estrutura financeira do Município. Não sendo um fator de instabilidade imediata, evidencia limitações ao nível da autonomia financeira e da capacidade de diversificação de fontes de receita. Por outro lado, a evolução do passivo, ainda que enquadrada nos limites legais, traduz um aumento significativo das responsabilidades assumidas. Num contexto de crescimento da despesa e de reforço do investimento, esta evolução exige prudência, acompanhamento e uma leitura atenta da sustentabilidade futura. Importa, por isso, fazer uma distinção que consideramos essencial: uma coisa é a solidez contabilística das contas, outra é a avaliação do mérito político da sua execução. A estabilidade financeira é uma condição necessária para uma boa gestão, mas não é, por si só, condição suficiente para a validar politicamente. Acresce ainda um elemento de coerência política que não pode ser ignorado. Este não foi o orçamento desta bancada. As opções políticas que lhe estão subjacentes não correspondem à nossa visão para o desenvolvimento do concelho. Nesse sentido, a apreciação destes documentos não pode ser entendida como uma validação dessas opções, mas apenas como uma avaliação responsável da forma

como foram executadas. É neste quadro que se constrói a nossa posição. Reconhecemos a ausência de desequilíbrios financeiros e os sinais de estabilidade que os documentos evidenciam. Mas não ignoramos as reservas que resultam da análise da execução, da estrutura da receita e da evolução das responsabilidades financeiras. Por isso, o nosso sentido de voto é de abstenção. Uma abstenção que não é neutra, nem indiferente. É uma abstenção consciente, coerente e exigente. Que reconhece o que deve ser reconhecido, mas que não confunde estabilidade com qualidade de execução, nem rigor contabilístico com mérito político.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, por último deu a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual apresentou também uma declaração de voto subscrita pelos elementos da Bancada do Partido “Chega” com o seguinte teor: “A presente declaração de voto de abstenção do Grupo Municipal do Partido Chega tem por base uma posição de responsabilidade e de escrutínio que não acompanha uma rejeição liminar dos documentos de Prestação de Contas, mas também não apoia politicamente e sem quaisquer reservas as prioridades que estes documentos refletem. Reconhece que os documentos apresentados evidenciam indicadores de equilíbrio orçamental e de estabilidade financeira, designadamente ao nível do cumprimento das regras legais do equilíbrio, da contenção do prazo médio de pagamentos e da manutenção dos rácios de endividamento dentro dos limites legais. Todavia uma Prestação de Contas é também um instrumento de apreciação política sobre a qualidade das opções que foram tomadas, também sobre o grau de concretização dos investimentos anunciados e as prioridades que são prosseguidas pelo executivo, e é precisamente nesse plano que subsistem reservas que justificam a presente abstenção. Desde logo importa assinalar que apesar da narrativa forte, de forte aceleração do investimento, a execução da despesa de capital ficou pelos

71.12%, valores que suscitam legítimas dúvidas quanto ao efetivo grau de concretização do investimento projetado, acresce a própria taxa de execução das Grandes Opções do Plano que se fixou em 73%, isto também reforça as nossas dúvidas sobre o grau de concretização das prioridades do investimento anunciadas e pergunta-se, o que é que aconteceu aos quase 30% que ficaram por executar? Que investimentos é que ficaram pelo caminho ou que obras é que ficaram por concretizar? Acresce também a existência de 31 alterações orçamentais permutativas e 3 modificativas. Isto levanta-nos também algumas interrogações quanto ao rigor do planeamento inicial e à consistência do próprio orçamento. Será que o orçamento foi bem planeado desde o início? Merece igualmente ponderação o recurso ao endividamento para o financiamento do investimento e a alienação de património municipal, como uma componente de relevante das receitas de capital e são matérias que justificam maior debate quanto à sustentabilidade e prioridade das opções seguidas pelo executivo. Consideramos que merece também ainda particular reflexão a elevada dependência financeira do município, relativamente a receitas que são provenientes de transferências do Estado, as quais correspondem a 55.9% da receita corrente. Estas, conjuntamente com os impostos diretos, representam 89.65% da receita. Este dado suscita uma questão de fundo sobre a real autonomia financeira do município e sobre a robustez do modelo desenvolvimento que está a ser prosseguido. Estará Cantanhede a crescer por estratégia própria ou a funcionar em larga medida por dependência destas transferências e financiamento público? Para se ter uma visão comparativa e salvaguardadas naturalmente as diferenças de dimensão, temos o nosso vizinho município de Aveiro que apresenta níveis de autonomia financeira na ordem dos 78%, o que demonstra que é possível articular estabilidade financeira, com um modelo mais assente em dinâmica económica própria. O problema não é apenas

dependermos do Estado, é não se vislumbrar uma estratégia para se depender menos do Estado e é precisamente aqui que se sente a falta de um verdadeiro plano de desenvolvimento estratégico para Cantanhede. "Quo Vadis", como dizem por aí, onde é que está a visão para captar investimento, para reforçar a base económica do concelho e para fixar a população jovem qualificada? Onde é que está uma estratégia para potenciar o ecossistema da Biocant como um motor de atração de empresas, de base tecnológica inovação? Onde é que está a política ambiciosa de captação de empresas de serviços e atividades de valor acrescentado, estas que são capazes de criar emprego qualificado e fixar jovens? Onde é que está uma visão para valorizar a Praia da Tocha como ativo económico e turístico estratégico? E onde é que está também uma aposta séria em potenciar uma agricultura de ponta, tecnológica e competitiva, que é capaz de atrair e fixar jovens agricultores e promover essa inovação no setor primário e afirmar também a agricultura como um vetor estratégico para o nosso município. Consideramos assim que um Concelho não se desenvolve apenas com obra pública e execução orçamental ou boa execução orçamental, mas sim criando condições para gerar riqueza e atrair investimento para oferecer no futuro. Como já tivemos também ocasião de defender, seria desejável ver o município assumir uma política mais ativa de incentivo à criação de emprego em setores tecnológicos e de serviços, e promover condições para a instalação dessas mesmas empresas. Sem autonomia financeira, o município vê diminuída a sua capacidade de definir e prosseguir um caminho próprio de desenvolvimento, e a questão é, portanto, não saber apenas se as contas fecham, é saber se têm um rumo, e nesse contexto questiona-se também se terá o aumento da despesa do investimento e dos recursos, traduzido em igual medida uma melhoria efetiva das condições de vida dos munícipes e a resposta às carências estruturais que persistem. As contas equilibradas são



importantes, mas não dispensam prioridades acertadas, uma visão estratégica e escolhas políticas que correspondam ao potencial do território e às necessidades das populações. É precisamente por isso, por se reconhecer indicadores de estabilidade financeira, mas se manter reservas quanto às prioridades que estão a ser prosseguidas, ao modelo de desenvolvimento que está a ser seguido e a nosso ver a uma ausência de uma visão estratégica mais afirmativa para o Concelho, que o sentido de voto da Bancada Municipal do Chega em Cantanhede é de abstenção. Muito obrigado.”-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que a proposta de alteração orçamental em apreciação resultava da necessidade de criar novas rubricas orçamentais destinadas a acomodar intervenções entretanto deliberadas, designadamente as obras a realizar no Destacamento Territorial de Cantanhede e no Posto Territorial de Ançã. Referiu, em tom de observação, que a não aprovação das alterações poderia inviabilizar a concretização daquelas intervenções, sublinhando, contudo, que a proposta não se encontrava relacionada com qualquer declaração de voto ou posição contraditória anteriormente manifestada. Acrescentou que a alteração incluía igualmente outros ajustamentos de natureza técnica e contabilística, nomeadamente, a retificação de classificações de receita anteriormente enquadradas no programa MAR 2030, passando estas a integrar corretamente o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Agricultura. Salientou que este tipo de alterações orçamentais decorre frequentemente da evolução dos processos de

candidatura, da aprovação de financiamentos ou de novas necessidades que surgem ao longo da execução orçamental, tornando necessário proceder aos ajustamentos adequados para garantir o correto enquadramento financeiro e contabilístico das diferentes operações municipais.-----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitado a palavra o Sr. José Manuel Seiça, o qual, apresentou a seguinte comunicação: *“Senhor Presidente da Assembleia Professor Doutor João Moura, respetiva mesa da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede Dr.ª Helena Teodósio, assim mais Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta, mais entidades presentes, munícipes. O meu nome é José Manuel Seiça, represento a Direção do Clube União Vilanovense. É com enorme honra e sentido de responsabilidade que recebemos este voto de louvor atribuído ao Clube União Vilanovense. Em nome de todos aqueles que ao longo destes 100 anos deram vida a esta Associação, deixamos o nosso sincero agradecimento por este reconhecimento. Este louvor não pertence apenas à Direção atual, pertence às várias gerações de homens e mulheres de Vila Nova que com dedicação, espírito voluntário e amor à terra construíram, mantiveram a nossa segunda casa, o Clube União Vilanovense. Foram eles que desde 1926 começaram a dar forma a uma dinâmica cultural feita de teatro, música, convívio, muitas vezes em espaços improvisados, mas sempre com uma enorme paixão. O Clube União Vilanovense teve início de constituição a 27/06/1926 e veio consolidar*



essa paixão. E a construção da sede, erguida com grande esforço de todos, ainda hoje um símbolo claro do que se pode alcançar, quando todos se unem em torno de um objetivo comum. Desde esse momento o Clube afirmou-se como espaço cultural e durante a sua atividade o teatro tornou-se uma das expressões mais marcantes da nossa identidade. O Grupo cénico levou ao palco inúmeras peças mantendo viva uma tradição que atravessou gerações e contribuiu para a formação cultural de muitos Vilanovense. Em cada ensaio, em cada espetáculo, esteve sempre presente o espírito de partilha e entrega a esta nossa casa. Com o passar do tempo, o Clube soube sempre evoluir sem nunca abandonar as suas raízes, abriu-se a novas formas de expressão cultural. A criação da mostra de música em 1999, o “ROCK OF Cantanhede” mostra de música mais antiga do país em atividade, é um exemplo claro dessa capacidade de adaptação, afirmando se como um espaço de divulgação da música moderna e dando oportunidade aos talentos do nosso bonito concelho. Ao longo destas edições, no nosso palco passaram bandas de relevo nacional tais como Mão Morta, Táxi, Clã, Pluto entre outras, alguns deles com mais de 40 anos de carreira. É nos reconhecido a sua justa importância, junto das entidades envolvidas, uma satisfação e encorajamento das bandas que tem passado no nosso palco, deixando agradecimentos públicos pelo brio, profissionalismo, com que encaramos as edições ano após ano, desejando que o próximo ano suplante o anterior. Hoje, o Clube a União Vilanovense continua a desempenhar um papel essencial na vida de Vila Nova, promove atividades culturais de todos os quadrantes, preserva memórias, dinamiza encontros e reforça os laços que nos unem. É acima de tudo um ponto de encontro onde o passado, o presente e o futuro se cruzam. Este Voto de Louvor é por isso mais do que um reconhecimento institucional e que aproveitamos para agradecer este gesto ao nosso querido amigo, sócio e membro dos órgãos sociais de várias

direções antecessoras, Professor Abel Carapeto que bem conhece esta nossa casa. É um sinal que vale a pena continuar, vale a pena manter viva esta herança, honrar o trabalho de quem nos antecedeu e garantir que as gerações futuras encontrem no Clube União Vilanovense o mesmo espírito de união e dedicação que tão bem nos caracteriza. A todos os que fizeram, fazem e farão parte desta história, o nosso muito obrigado, e a todos vós que hoje nos distinguem com este Louvor, deixamos o nosso profundo reconhecimento.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que agradeceu as palavras proferidas pelo Presidente do Clube União Vilanovense, considerando que refletem igualmente o sentimento da Assembleia Municipal. Formulou votos para que, no futuro, seja possível assinalar também o bicentenário daquela instituição, reconhecendo a sua importância para a comunidade local.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Antes de encerrar a sessão, dirigiu uma palavra de agradecimento a todos os membros da Assembleia Municipal pelas intervenções realizadas ao longo dos trabalhos, salientando que o período antes da ordem do dia, embora tenha ultrapassado a duração prevista no Regulamento, decorreu em circunstâncias excecionais e foi marcado por intervenções substanciais e relevantes para a discussão dos assuntos municipais.-----

----- Finalmente, sendo 19h20 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser

assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente: 

----- A Primeira Secretária: 

----- A Segunda Secretária: 

